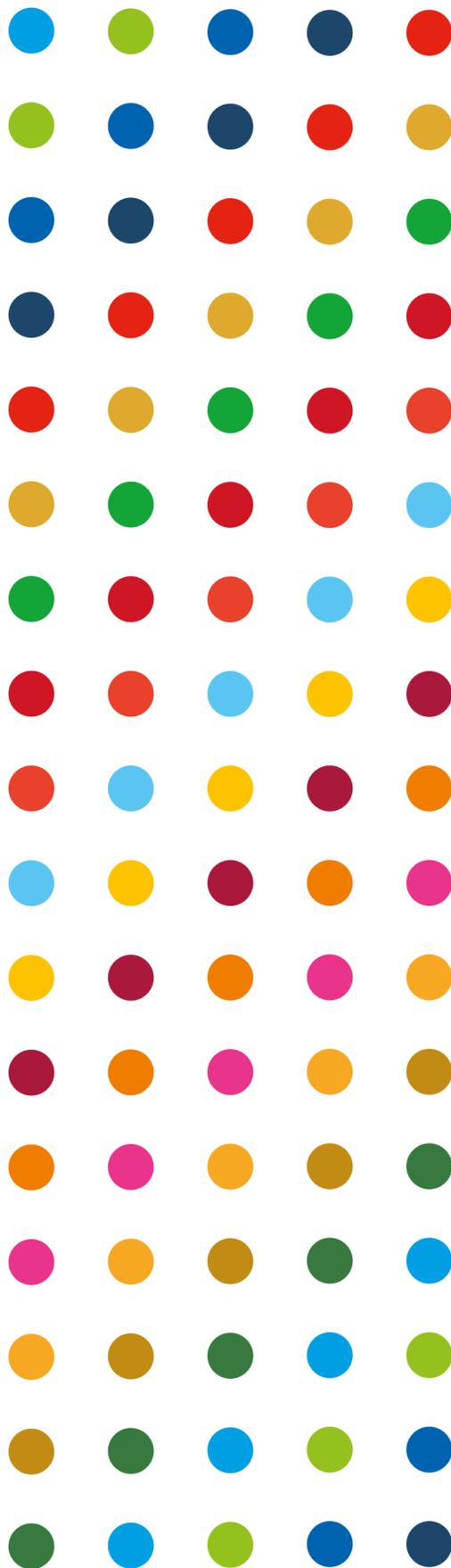


Relatório Anual 2021



NAÇÕES UNIDAS
BRASIL

.....



1. A ONU no Brasil

- Apresentação
- Composição da equipe de país
- Parceiros de desenvolvimento

3

2. Novos desafios para o desenvolvimento sustentável

7

3. Marco de parceria

- Iniciativas e Resultados
- Ninguém para Trás
- Eixo Pessoas
- Eixo Planeta
- Eixo Prosperidade
- Eixo Paz
- Eixo Parcerias
- Avaliação e Lições Aprendidas

10

4. Resposta à COVID-19

23

5. Efetividade e eficiência

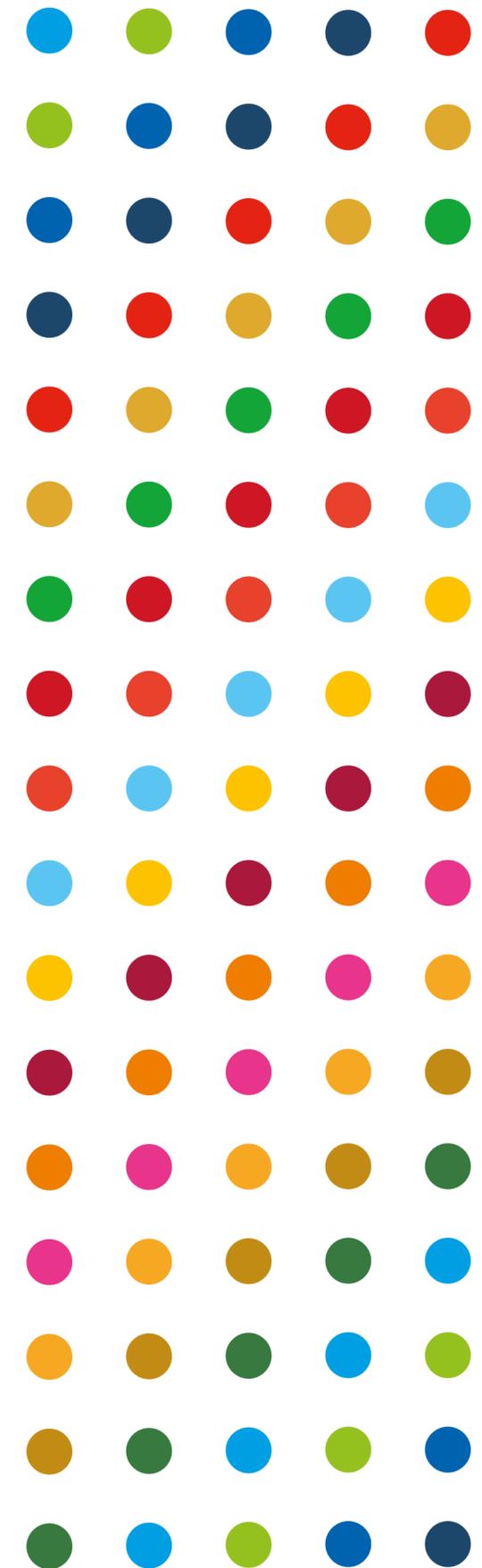
- Implementação Financeira
- Financiamento da Agenda 2030

26

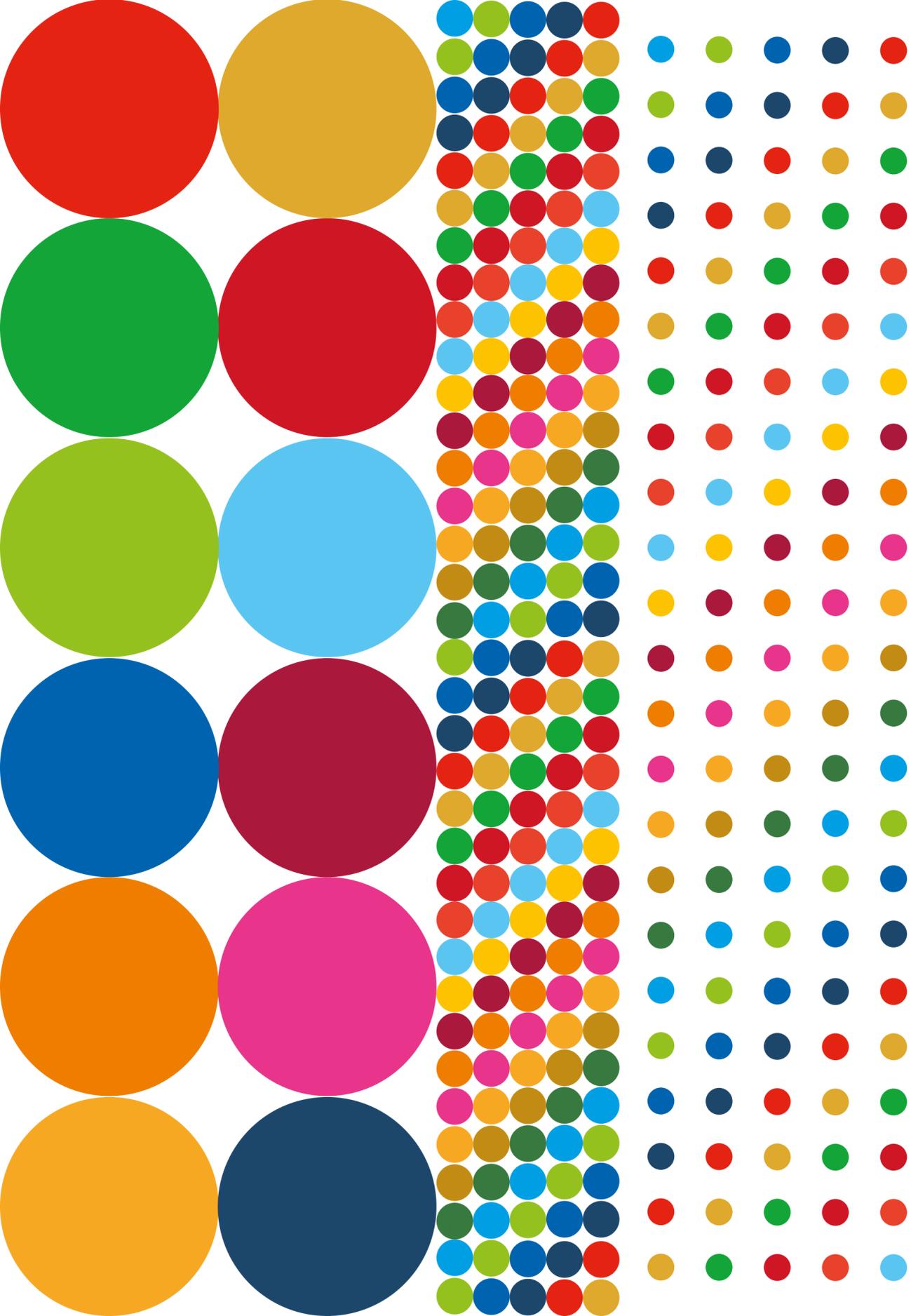
6. 2022: novo marco de cooperação

- Cenário nacional
- Nações Unidas
- Mobilização de recursos

30



31
31
31



A ONU no Brasil

Apresentação



ONU Brasil

Depois de quase um ano de uma pandemia que abalou todos os países do mundo, 2021 chegou com a esperança de tempos melhores. Apesar de termos testemunhado e vivenciado tantas perdas e desafios no contexto da COVID 19, bem como o surgimento de novas variantes do vírus, acompanhamos também a chegada das vacinas.

As vacinas foram a resposta coletiva da humanidade à pandemia. Ainda que sua distribuição evidencie desigualdades e precise melhorar, elas são uma mostra do que nós, seres humanos, somos capazes de atingir, quando nos unimos em torno de metas comuns.

O Brasil demonstrou sua enorme capacidade de resposta a crises, com a produção e distribuição de imunizantes e com uma taxa de cobertura vacinal em torno de 70%. Com as vacinas, reativamos nossa possibilidade de fazer planos – para que as crianças voltassem às escolas, para que mulheres e homens pudessem trabalhar, para que a economia pudesse se recuperar e todas as pessoas tivessem a chance de levar uma vida digna, em um planeta saudável.

Desde o início da emergência sanitária, as Nações Unidas estiveram sempre presentes. Nossas operações se adaptaram às restrições impostas pela pandemia e, com isso, nossas ações não pararam. Mesmo quando alguns de nossos escritórios estiveram fechados, nosso pessoal esteve trabalhando incessantemente, inclusive em campo, para assegurar que as pessoas mais afetadas pela crise tivessem suas necessidades básicas cobertas.

As Nações Unidas estiveram junto com o Estado Brasileiro nesse momento difícil. Apoiamos a vacinação desde o início, inclusive com o envio de mais de 13 milhões de doses de vacinas, de modo que essa proteção imprescindível chegasse o mais rapidamente possível às brasileiras e aos brasileiros que mais precisavam. Viabilizamos a compra de medicamentos essenciais para o tratamento da COVID-19, fornecemos equipamentos de proteção para equipe médicas, provisionamos alimentos e produtos de higiene a populações vulneráveis e oferecemos atendimento médico a comunidades.

Ao mesmo tempo em que assistimos o Brasil em sua resposta à COVID-19, seguimos apoiando o país em seus esforços de promoção do desenvolvimento sustentável. Nossa atuação esteve centrada no fortalecimento de políticas públicas, no aprimoramento da gestão de recursos naturais, na melhoria das cadeias de valor, na inovação e na atenção aos direitos humanos.

Isso só foi possível porque fomos capazes de reagir rápida e adequadamente ao enorme desafio de, em meio a esta pandemia tão disruptiva, ter como prioridade as pessoas e grupos mais vulneráveis que sofreram impactos desproporcionais. Assim, reprogramamos nossas atividades para atender às novas demandas e, principalmente, às populações que mais precisavam, nesse momento de crise. Conseguimos, por exemplo, mobilizar recursos e implementar medidas emergenciais para conter os casos de COVID-19 entre povos indígenas, populações tradicionais e comunidades na Amazônia. Adaptamos a implementação do Programa Conjunto em apoio ao Criança Feliz, para que as ações de assistência à primeira infância não fossem interrompidas durante a pandemia.

Com esse grande esforço de adaptação, a implementação do nosso plano de resposta à pandemia, tanto programática quanto financeira, foi muito boa. Simultaneamente, seguimos implementando o Marco de Parceria das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, estabelecido entre o Sistema ONU e o Brasil, com conclusão prevista para 2022.

Apesar das consideráveis dificuldades que todos enfrentamos nos últimos anos, verifica-se que a solidariedade que uniu a comunidade mundial para aprovar a Agenda 2030 e seus 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável é mais relevante do nunca. Os Objetivos que traçamos juntos em 2015 refletem as prioridades que estão agora em destaque, como a garantia de educação e saúde para todas e todos, a criação de empregos e a construção de instituições fortes. Esses temas são um lembrete de que é imprescindível atingir esses Objetivos, guiados pelo compromisso de não deixar ninguém para trás.

Neste relatório, apresentamos as principais ações e os resultados mais expressivos de nosso trabalho, realizado de maneira a articular as prioridades nacionais com a Agenda 2030. Trazemos também histórias que demonstram como nossas iniciativas impactam positivamente o país e as vidas das pessoas. Apontamos, ainda, alguns caminhos para, com esperança renovada, seguir apoiando o Brasil e sua população nas três dimensões do desenvolvimento sustentável – social, econômica e ambiental, com vistas a um mundo melhor, mais justo e mais inclusivo.

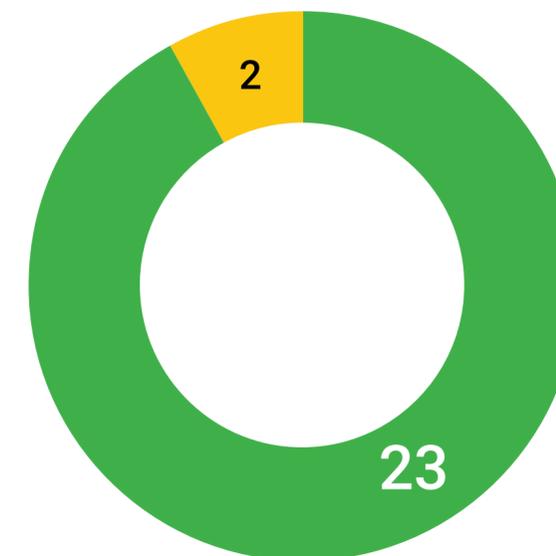
Silvia Rucks
Coordenadora Residente do Sistema ONU no Brasil

Composição da equipe de país

O Sistema ONU no Brasil conta com 25 agências especializadas, fundos e programas, dos quais 23 têm presença física no país.



■ Presença física



■ Residentes

■ Não residentes

■ Grupos interagenciais

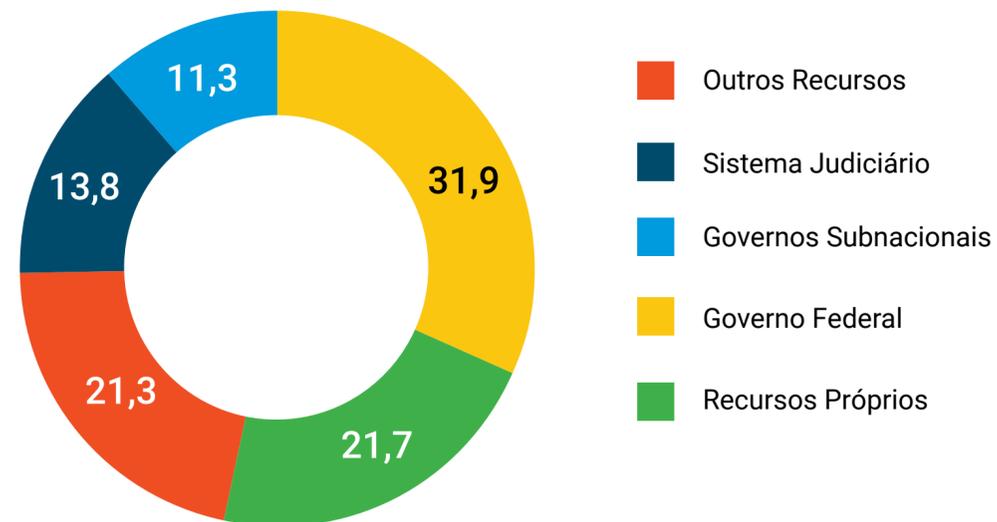


Parceiros de desenvolvimento

As Nações Unidas no Brasil trabalham em parceria com o Estado Brasileiro, inclusive com os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, e com os governos dos 26 estados e do Distrito Federal, além de governos municipais, federações e consórcios governamentais.

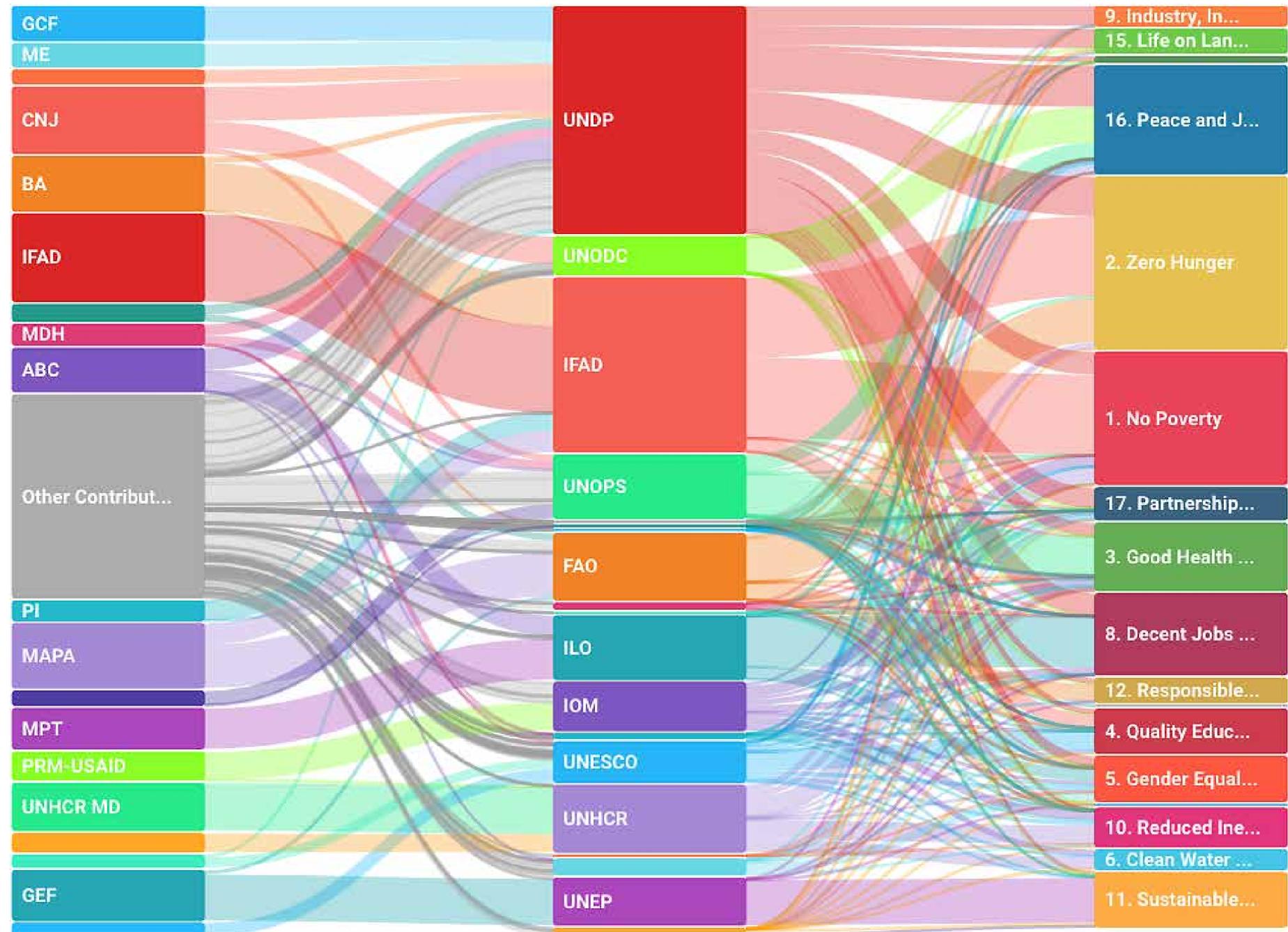
Dos 661 parceiros do Sistema ONU no país, 90 contribuem financeiramente com a implementação das atividades do Marco de Parceria das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável 2017-2022 e da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Essas contribuições somaram, em 2021, US\$ 234 milhões, advindos dos seguintes setores:

Origem dos recursos (%)



O gráfico ao lado demonstra os fluxos de recursos dos maiores parceiros financeiros do Sistema ONU no Brasil para as agências especializadas, fundos e programas e indica para qual dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável vão suas contribuições.

Fluxos financeiros – Parceiro X Entidade ONU X ODS (dólares)



* O gráfico inclui os empréstimos disponibilizados pelo FIDA a instituições e organizações ligadas à agricultura familiar no total de US\$ 29,7 milhões.
 ** Algumas agências especializadas, fundos ou programas aportam Recursos Próprios para a implementação das ações, por isso aparecem também na coluna Parceiros Financeiros. Os Recursos Próprios vêm das agências especializadas, fundos e programas que compõem o Sistema ONU e são captados internacionalmente junto a múltiplos doadores, inclusive pessoas físicas.



Novos desafios para o desenvolvimento sustentável

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

1 ERRADICAR A POBREZA



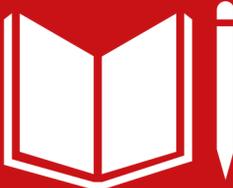
2 ERRADICAR A FOME



3 SAÚDE DE QUALIDADE



4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE



5 IGUALDADE DE GÊNERO



6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO



7 ENERGIAS RENOVÁVEIS E ACESSÍVEIS



8 TRABALHO DIGNO E CRESCIMENTO ECONÔMICO



9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURAS



10 REDUZIR AS DESIGUALDADES



11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS



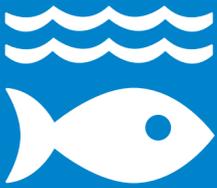
12 PRODUÇÃO E CONSUMO RESPONSÁVEIS



13 AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA



14 VIDA NA ÁGUA



15 VIDA TERRESTRE



16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES



17 PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO



Em 2021, o Brasil assistiu ao agravamento da COVID-19 em todo o seu território, com o número de mortes superando os 3.500 por dia no pico da pandemia. Segundo dados do Ministério da Saúde, o Brasil fechou o ano com mais de 22 milhões de casos acumulados e mais de 619 mil óbitos. Isso significa que, apenas em 2021, o país registrou mais de 15 milhões de casos e 424 mil óbitos, contra 7,6 milhões de casos e 194 mil óbitos em 2020.

O recrudescimento da crise sanitária retardou a esperada retomada econômica, agravou o desemprego e estendeu o fechamento das escolas por 52 semanas. A combinação da taxa de desemprego de 13,2% (IBGE) com inflação anual de 10,38% (IBGE) contribuiu para o aumento da pobreza e da insegurança alimentar. Antes do início da pandemia, a prevalência de insegurança alimentar já vinha aumentando e alcançou 9,6 milhões de pessoas no triênio 2018-2020 (The State of Food Security and Nutrition in the World).

Para crianças e adolescentes, por exemplo, a pandemia piorou o acesso a serviços de saúde, inclusive à vacinação de rotina, e os índices relativos à educação. No segundo trimestre de 2021, 244 mil crianças e adolescentes de 6 a 14 anos estavam fora da escola – um aumento de 171% em relação ao primeiro trimestre de 2019 (dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, do IBGE). Outros grupos desproporcionalmente afetados pela pandemia são mulheres e meninas, refugiados e migrantes, populações afrodescendentes, povos indígenas e pessoas com deficiência. A taxa de desemprego de mulheres negras, por exemplo, chegou a 19,6% em 2020.

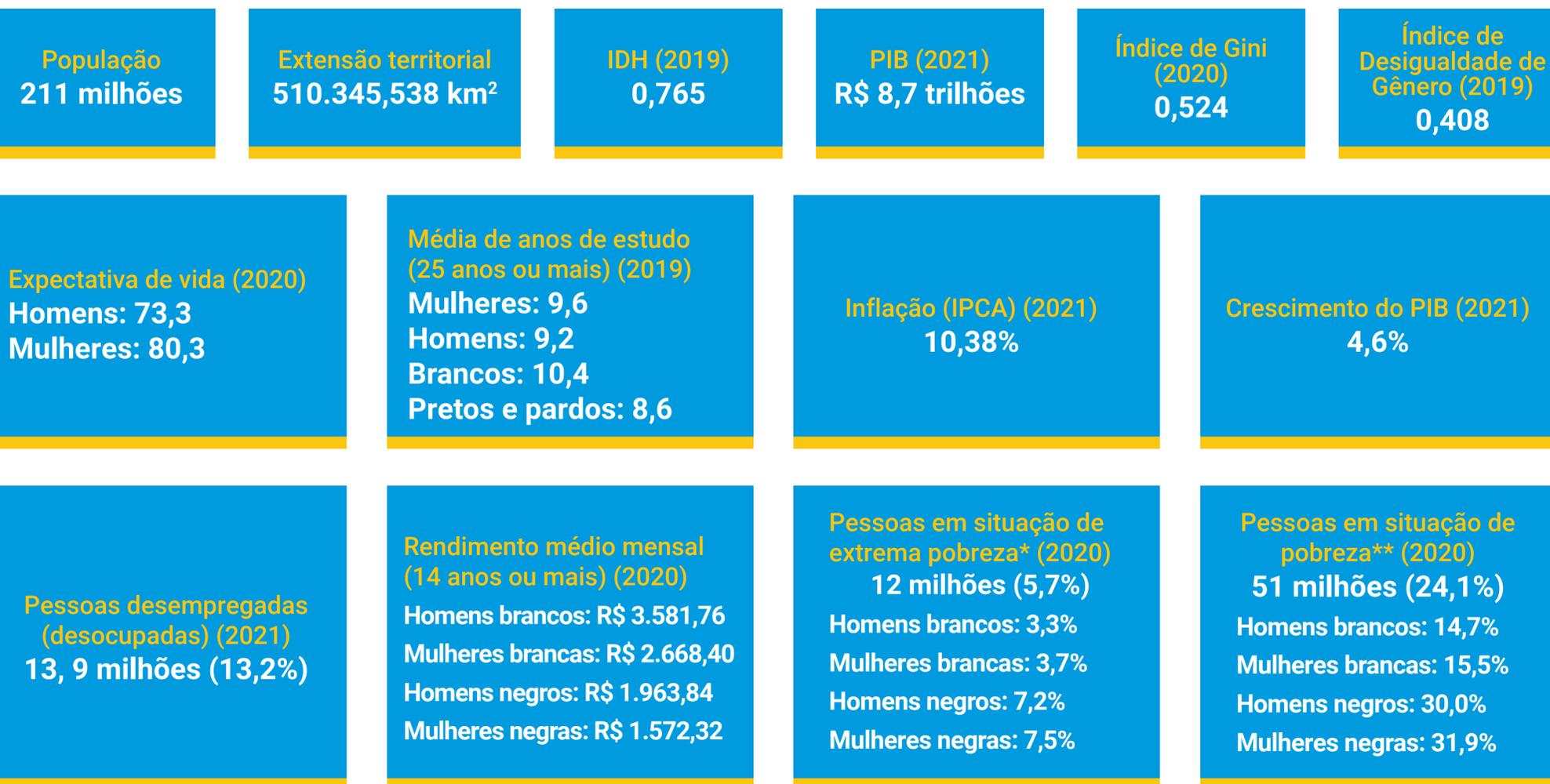
O Bolsa Família, programa de transferência de renda que funcionou no país por 18 anos, foi extinto em outubro e substituído pelo Auxílio Brasil. A mudança representa uma ruptura na rede de proteção social do país, considerando as modificações na integração entre o novo programa e outras políticas públicas intersetoriais.

Além da pandemia, um grande desafio para o Brasil foi a questão ambiental. De 2020 para 2021, a taxa de desmatamento da Amazônia Legal subiu 22%. Ao longo do ano, foram desmatados 13.235 km². O país teve de lidar, ainda, com incêndios florestais em diversos biomas, inclusive no Pantanal, e com o aumento da pressão de atividades ilegais sobre unidades de conservação e terras indígenas.

O Sistema das Nações Unidas no país foi requisitado a prestar apoio emergencial nas áreas de saúde e proteção social, liderar campanhas de prevenção à COVID-19 e de sensibilização sobre a vacinação e assessorar governos nos níveis federal, estadual e municipal para uma resposta coordenada e eficiente aos múltiplos desafios impostos pela pandemia.

O início da vacinação, ainda no primeiro semestre de 2021, diminuiu o impulso da doença. Até 31 de dezembro, pouco mais de 146 milhões de pessoas haviam sido vacinadas com duas doses ou com dose única. No entanto, os efeitos socioeconômicos e de saúde trouxeram novos desafios para o avanço dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no país, assim como para o alcance das prioridades nacionais.

Brasil em números



* Pessoas vivendo com menos de US\$ 1,90 PPC 2011/dia no país
** Pessoas vivendo com menos de US\$ 5,50 PPC 2011/dia no país

Marco de Parceria



O Marco de Parceria das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, estabelecido entre o Sistema ONU e o Brasil, tinha duração prevista de 2017 a 2021. Com a pandemia de COVID-19, o Sistema ONU e o governo brasileiro avaliaram que postergar a negociação de um novo marco de cooperação favoreceria a atuação da ONU no país. Assim, o Marco de Parceria foi estendido e passou a cobrir o período de 2017 a 2022.

Com essa extensão, além do apoio emergencial para a resposta à pandemia – organizado no Plano de Resposta e Recuperação Socioeconômica da COVID-19 (SERP, por sua sigla em inglês) –, as 25 agências especializadas, fundos e programas da ONU no Brasil seguiram implementando ações para cumprir os objetivos traçados nos cinco eixos do Marco de Parceria: Pessoas, Planeta, Prosperidade, Paz e Parceria.

A partir desses cinco eixos estratégicos, foram estabelecidos sete resultados esperados, descritos no diagrama ao lado.

Iniciativas e Resultados

Para alcançar os resultados esperados de cada eixo estratégico, as agências especializadas, fundos e programas preparam um plano de trabalho conjunto. No início de 2021, foi elaborado o plano de trabalho conjunto para o biênio 2021/2022, com 8 produtos e 251 iniciativas previstos para 2021.

As iniciativas implementadas em 2021 pelo Sistema ONU no Brasil abordaram os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, como demonstra o gráfico “Iniciativas X Objetivo de Desenvolvimento Sustentável”.

Em 2021, os ODS com mais iniciativas da ONU no Brasil foram o ODS 4 - Educação de Qualidade (63) e o ODS 10 - Redução das Desigualdades (60). Os ODS menos abordados foram o ODS 14 – Vida na Água (2) e o ODS 7 – Energia Acessível e Limpa (1).

Resultados esperados



1 Desenvolvimento social fortalecido em todo o território, com a redução da pobreza, por meio do acesso a bens e serviços públicos de qualidade, especialmente nas áreas de educação, saúde, assistência social, segurança alimentar e nutricional e trabalho decente, com equidade e ênfase na igualdade de gênero, raça, etnia e geracional.



2 Modelos de governança participativa de gestão sustentável de recursos naturais e serviços ecossistêmicos, efetivos e fortalecidos, buscando territórios integrados, resilientes e inclusivos.

3 Capacidades institucionais fortalecidas para promover as políticas públicas, sua coerência e implementação, para a gestão sustentável de recursos naturais e serviços ecossistêmicos e o combate às mudanças do clima e seus efeitos adversos.



4 Crescimento econômico inclusivo e ambientalmente sustentável, com diversificação produtiva, fortalecimento industrial, infraestrutura resiliente, aumento da produtividade e inovação, transparência, participação social e valorização das micro e pequenas empresas.

5 Redução das desigualdades socioeconômicas e territoriais, com promoção do pleno emprego e do trabalho decente, garantia dos direitos sociais e trabalhistas, qualificação profissional, com especial atenção às pessoas em situação de maior vulnerabilidade.

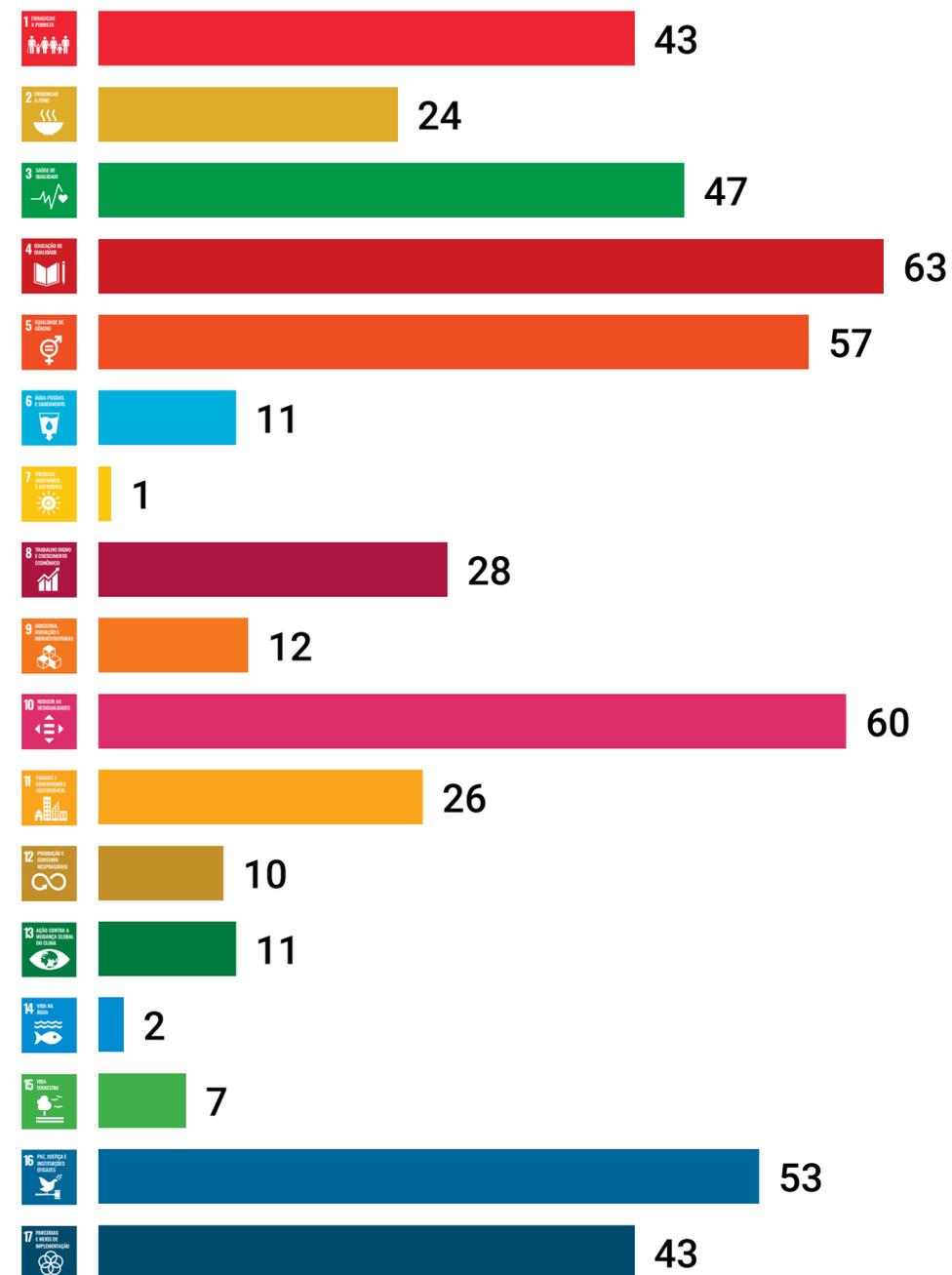


6 Promoção de uma sociedade pacífica, justa e inclusiva por meio de participação social, transparência e governança democrática, respeitando-se a laicidade do Estado e garantindo-se direitos humanos para todos e todas.



7 Parcerias estratégicas estabelecidas para fortalecer e promover a cooperação internacional e contribuir para a redução das desigualdades dentro e entre os países.

Iniciativas X Objetivo de Desenvolvimento Sustentável

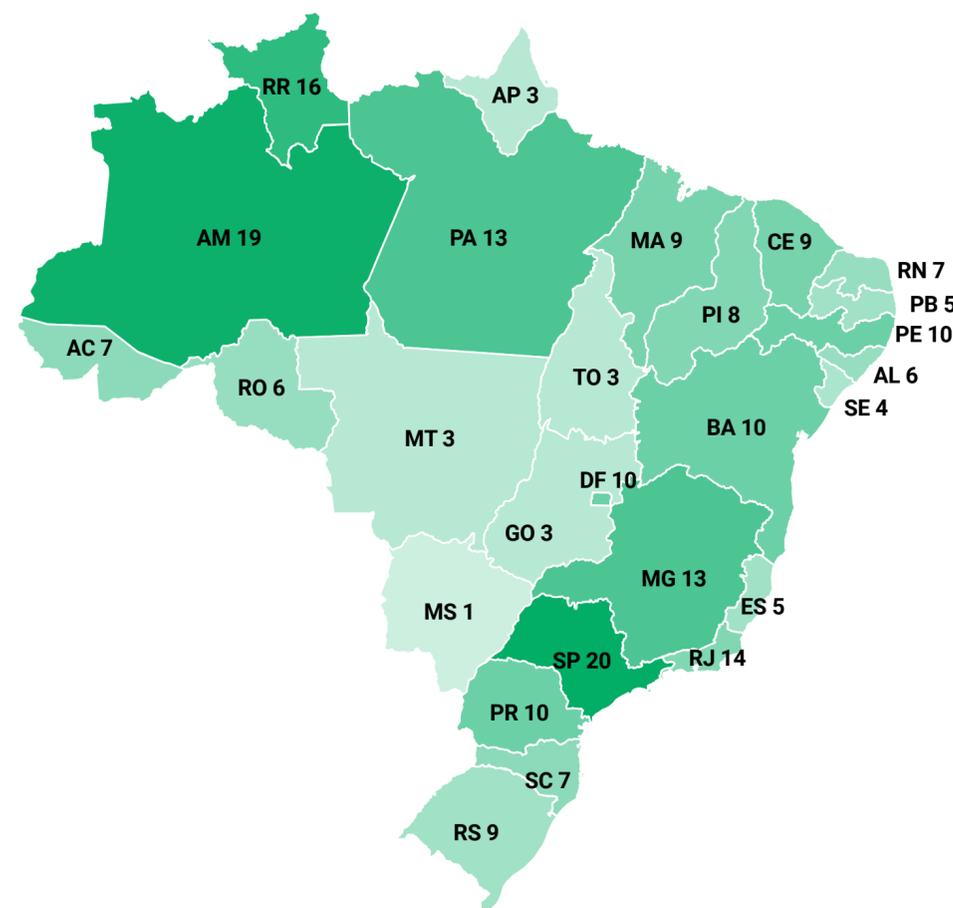


Dessas iniciativas, 65,7% (165) tiveram alcance nacional, e 34,3% (86) tiveram alcance subnacional, ou seja, destinaram-se a estados e municípios específicos.

As iniciativas realizadas em nível subnacional distribuem-se entre os estados como demonstrado no mapa a seguir.

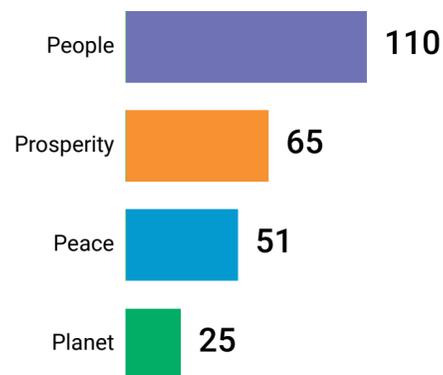
Em 2021, o maior número de iniciativas esteve concentrado em São Paulo, com 20, e no Amazonas, com 19. Os estados com menor número de iniciativas foram Mato Grosso do Sul, com somente 1 e Amapá, Goiás, Mato Grosso e Tocantins, com 3 cada.

Distribuição geográfica das iniciativas implementadas



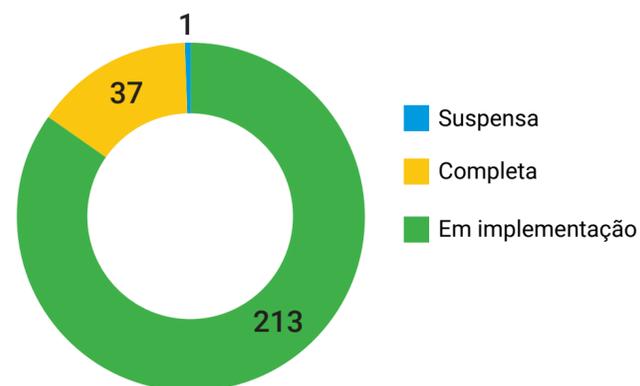
Em relação aos eixos estratégicos do Marco de Parceria, a maioria das iniciativas esteve concentrada no eixo Pessoas (110), enquanto o eixo Planeta foi o que concentrou o menor número (25). A implementação do eixo Parcerias foi feita de modo transversal, e os dados não são apresentados de forma desagregada.

Iniciativas X Eixo Estratégico



As iniciativas das Nações Unidas para a promoção do desenvolvimento sustentável são, em sua maioria, implementadas ao longo de múltiplos anos. Das iniciativas em curso em 2021, 14,7% foram concluídas e 84,7% seguem em implementação, porque são iniciativas contínuas ou de longo prazo. Apenas 1 (0,4%) iniciativa foi suspensa, como indicado no gráfico adiante.

Status de implementação das iniciativas



Ninguém para Trás

Não deixar ninguém para trás é um princípio básico da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Ancorado nesse princípio, o Sistema ONU se empenha para identificar e atender os grupos populacionais mais vulnerabilizados, de modo a possibilitar a inclusão e o acesso a serviços e bens públicos dos grupos que enfrentam as maiores dificuldades para terem seus direitos humanos plenamente realizados. Esse processo se dá em consonância com o arcabouço jurídico e normativo do país e com as prioridades nacionais.

As iniciativas executadas no âmbito do Marco de Parceria destinaram-se aos seguintes grupos populacionais (a maioria das iniciativas atende a mais de um grupo populacional simultaneamente):

Iniciativas X Grupo populacional



Fora a categoria população geral, que abrange todas as pessoas vivendo no Brasil, os grupos que foram foco de mais iniciativas são crianças e adolescentes, mulheres e meninas, afrodescendentes, refugiados e migrantes e populações indígenas. Em contrapartida, pessoas vivendo nas ruas, em trabalho forçado e idosas foram alvo do menor número de iniciativas.

Para analisar a pertinência das iniciativas implementadas pelo Sistema ONU com relação à promoção e à proteção dos direitos humanos, foram estabelecidos marcadores de direitos humanos. As iniciativas foram classificadas de 0 a 3, sendo:

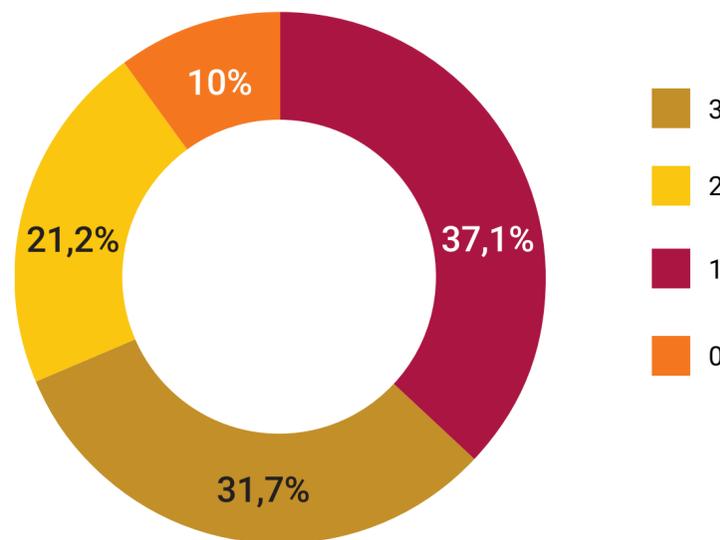
0: Não se espera que contribua diretamente para os direitos humanos

1: Contribui de forma limitada para os direitos humanos

2: Tem os direitos humanos como objetivo significativo

3: Tem os direitos humanos como objetivo principal

Número de iniciativas de acordo com marcadores de direitos humanos



Da mesma forma, as iniciativas foram classificadas de 0 a 3 de acordo com sua contribuição para a promoção da igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres. Os marcadores são:

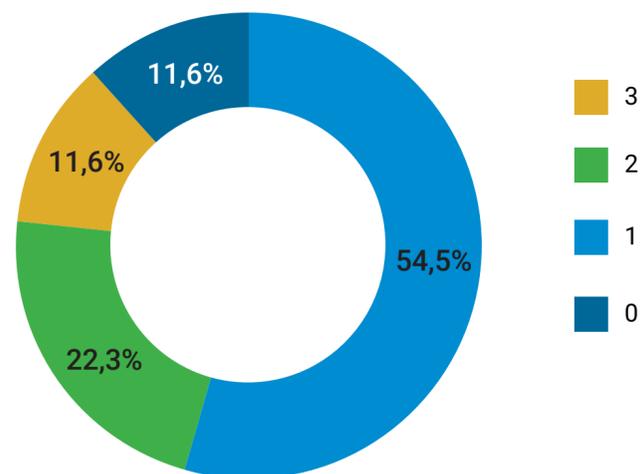
0: Não se espera que contribua diretamente para igualdade de gênero/empoderamento das mulheres

1: Contribui de forma limitada para igualdade de gênero/empoderamento das mulheres

2: Tem igualdade de gênero/empoderamento das mulheres como objetivo significativo

3: Tem igualdade de gênero/empoderamento das mulheres como objetivo principal

Número de iniciativas de acordo com marcadores de gênero e empoderamento de mulheres



Eixo Pessoas

Resultado esperado 1: Desenvolvimento social fortalecido em todo o território, com a redução da pobreza, por meio do acesso a bens e serviços públicos de qualidade, especialmente nas áreas de educação, saúde, assistência social, segurança alimentar e nutricional e trabalho decente, com equidade e ênfase na igualdade de gênero, raça, etnia e geracional

Produto 1.1: Políticas Públicas e capacidades institucionais fortalecidas nas áreas de educação, saúde, assistência social, segurança alimentar e nutricional e do trabalho decente com vistas a contemplar necessidades de grupos em situação de maior vulnerabilidade e promover a equidade de gênero, raça, etnia durante todo o curso de vida

Entidades da ONU

FAO, FIDA, OIT, OPAS/OMS, UNAIDS, UNESCO, UNODC, OIM, ONU Mulheres, PNUD, UNFPA, UNICEF, UNOPS, ACNUR, UNIDO, WFP

Iniciativas

98

Recursos disponíveis

US\$ 96 milhões

ODS



Produto 1.2: Evidências produzidas para subsidiar a tomada de decisão nas áreas de educação, saúde, assistência social, segurança alimentar e nutricional e do trabalho decente com vistas a contemplar necessidades de grupos em situação de maior vulnerabilidade e promover a equidade de gênero, raça e etnia durante todo o curso de vida

Entidades da ONU

FAO, UNFPA, UNICEF, PNUD, OIT, UNESCO, UNOPS

Iniciativas

12

ODS



Recursos disponíveis

US\$ 7 milhões

Indicadores-chave do país para o eixo Pessoas

Taxa de mortalidade infantil em menores de 5 anos de idade

2019
15,4/1000
nascidos vivos

2017
15,6/1000
nascidos vivos

Frequência à escola das crianças de 5 anos de idade

2020
Meninas **93,9%**
Meninos **93,2%**

2017
Meninas **96,8%**
Meninos **95,7%**

Fonte: Ministério da Saúde

Com a pobreza e a desigualdade em crescimento no país, investir no desenvolvimento social e no acesso igualitário a bens e serviços públicos é crucial, especialmente durante a pandemia de COVID-19. Há atualmente 12 milhões de pessoas, ou 5,7% da população, vivendo em pobreza extrema (pessoas vivendo com menos de US\$ 1,90 PPC2011/dia, segundo o IBGE – dados de 2020), e 50,9 milhões de pessoas, ou 24,1% da população, vivendo na pobreza (pessoas vivendo com menos de US\$ 5,50 PPC2011/dia, segundo o IBGE – dados de 2020).

Além da pobreza, a pandemia teve efeitos negativos sobre a educação, a atenção à saúde, a segurança alimentar, a violência baseada em gênero e o emprego e renda. Grupos que já enfrentavam múltiplas vulnerabilidades sentiram os piores efeitos da crise ocasionada pela pandemia.



Ministério da Cidadania

Desenvolvimento infantil para promover desenvolvimento sustentável

“Depois do diagnóstico da minha filha, que tem síndrome de Down, eu me sentia muito só. A gente vê o preconceito das pessoas. Mas o Criança Feliz apoiou tanto a mim como a minha filha. Semanalmente a visitadora vem, traz as atividades e, quando tenho dificuldade com alguma dificuldade, temos o grupo no WhatsApp e ela está sempre alerta para me atender”.

O relato dessa mãe beneficiária do Criança Feliz resume as fortalezas do programa, criado em 2016 pelo governo brasileiro para apoiar o desenvolvimento de crianças de 0 a 6 anos. O Criança Feliz identifica as famílias mais vulneráveis em todos os estados do país e, por meio da intervenção de visitadoras e visitadores, implementa ações para promover o desenvolvimento infantil. Ao fazer isso, a vida de toda a família é transformada, principalmente das mulheres, que se responsabilizam pela maior parte do trabalho de cuidado com as crianças.

O Programa Criança Feliz é o maior programa de visita domiciliar do mundo voltado à primeira infância. Visitadores e supervisores treinados recomendam atividades e brincadeiras para estimular o desenvolvimento cognitivo, a coordenação motora e a comunicação das crianças. O programa também faz a ponte com outras políticas públicas, integrando abordagens de saúde, educação e assistência social.

O Sistema ONU viu nesse programa a oportunidade de contribuir para uma política pública de amplo alcance no território nacional, com potencial para causar um impacto duradouro nas vidas de famílias em intensa vulnerabilidade social e econômica. Há evidências de que intervenções integradas na primeira infância são cruciais para melhorar a vida das famílias e de suas comunidades. O investimento no desenvolvimento infantil é uma das estratégias mais eficientes para um país eliminar a extrema pobreza, promover o crescimento econômico inclusivo e ampliar a igualdade de oportunidades.

Desde 2020, o Sistema ONU vem cooperando com o Ministério da Cidadania para ampliar e aprimorar o Criança Feliz. Por meio do Fundo Conjunto para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, um mecanismo internacional de financiamento de iniciativas que visam acelerar a implementação da Agenda 2030 e seus ODS, o apoio da ONU fez com que o número de municípios participantes do Criança Feliz passasse de 3 mil e que o número de pessoas atendidas aumentasse de 1 milhão para 1,5 milhão. Para os municípios participantes do programa, essa abordagem que integra diversas políticas públicas impacta positivamente múltiplos aspectos do desenvolvimento sustentável.

O Programa capacitou também os mais de 20 mil visitadores e visitadoras que prestam assistência direta às famílias. Com apoio da ONU, o Portal de Educação a Distância do Ministério da Cidadania teve suas funcionalidades aprimoradas e concentrou a capacitação de profissionais responsáveis pela execução das diversas políticas sociais nacionais.

Um grande desafio do Criança Feliz foi a adaptação às restrições impostas pela pandemia. A ONU apoiou esse processo, com soluções metodológicas e incorporação de tecnologias de comunicação, para que o atendimento às famílias não fosse interrompido nesse momento crítico.

“Quando comecei a atender essa família, vi que a mãe cuidava dos cinco filhos sozinha. Conseguimos tirar as certidões de nascimento, fazer a carteira de identidade da mãe e matricular o filho na escola”, conta uma das visitadoras do Criança Feliz.

A boa execução do programa conjunto tornou-se um caso de sucesso de como a ONU pode cooperar estrategicamente com o governo e demais instituições do Estado brasileiro para propor soluções para os grandes desafios nacionais. É também um modelo de como as 25 agências especializadas, fundos e programas da ONU podem trabalhar de forma mais integrada para apoiar o país em seus esforços de redução da pobreza e das desigualdades, sem deixar ninguém para trás.

A atuação das Nações Unidas, tanto no âmbito do Marco de Parceria quanto no âmbito do plano de resposta à COVID, esteve concentrada em fortalecer políticas públicas e capacidades institucionais para que as necessidades desses grupos fossem contempladas e em produzir evidências e apoiar a tomada de decisões relativas a esses grupos.

Para isso, foram implementadas iniciativas de apoio ao trabalho rural, de consolidação da política nacional de segurança alimentar e nutrição, de fortalecimento da participação política de mulheres (com recorte étnico-racial), de atenção a pessoas vivendo com HIV/Aids, de fortalecimento dos indicadores da educação, além de respostas específicas aos desafios impostos pela pandemia. Também foram implementadas iniciativas de localização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável em estados e municípios e de promoção do desenvolvimento sustentável em comunidades quilombolas.

Um destaque do ano foi a implementação da parceria com o Governo Federal no Programa Criança Feliz, por meio do Fundo Conjunto para os ODS. Cinco agências das Nações Unidas trabalharam juntas na iniciativa para ampliar e aprimorar o Criança Feliz, que chegou a 1,5 milhão de pessoas. O Fundo Conjunto para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável é financiado pela União Europeia e pelos governos da Dinamarca, Alemanha, Irlanda, Luxemburgo, Mônaco, Holanda, Noruega, Portugal, Espanha, Suécia e Suíça.

Outra linha de atuação interagencial é a plataforma de resposta ao influxo de refugiados e migrantes venezuelanos. Essa plataforma, conhecida como R4V, abarca ações voltadas a abrigo, segurança alimentar, saúde, igualdade de gênero, educação, combate a múltiplas formas de discriminação, capacitação profissional, emprego e renda, entre outras, e envolve 13 agências especializadas, fundos e programas da ONU.

Por meio de grupos e iniciativas interagenciais, o sistema ONU aborda as desigualdades que afetam diferentes grupos populacionais, como jovens, mulheres e meninas, pessoas afrodescendentes, populações indígenas, entre outros. A abordagem integrada viabilizada pelos grupos interagenciais insere as demandas desses grupos como temas transversais às agendas de todas as agências especializadas, fundos e programas, ao mesmo tempo em que possibilita ações voltadas especificamente à superação dos obstáculos entre essas pessoas e o pleno respeito a seus direitos humanos.



Eixo Planeta

Resultado 2: Modelos de governança participativa de gestão sustentável de recursos naturais e serviços ecossistêmicos, efetivos e fortalecidos, buscando territórios integrados, resilientes e inclusivos

Produto 2.1: Modelos participativos de governança regional e subnacional fortalecidos para gestão de recursos naturais, serviços ecossistêmicos e adaptação e mitigação das mudanças climáticas em áreas urbanas e rurais

Entidades da ONU
FAO, ONU Habitat, PNUD, UNESCO

Iniciativas **Recursos disponíveis**
8 **US\$ 4 milhões**



Resultado 3: Capacidades institucionais fortalecidas para promover as políticas públicas, sua coerência e implementação, para a gestão sustentável de recursos naturais e serviços ecossistêmicos e o combate às mudanças do clima e seus efeitos adversos

Produto 3.1: Capacidades institucionais de organizações governamentais, não-governamentais e redes multissetoriais fortalecidas para apoiar a inovação e a transição para uma gestão mais sustentável dos recursos naturais e dos serviços ecossistêmicos, bem como para combater a mudança do clima e seus efeitos adversos tanto em áreas rurais quanto em áreas urbanas.

Entidades da ONU
FAO, ONU Habitat, PNUD, UNFPA, UNDRR, OIT, PNUMA, UNIDO

Iniciativas **Recursos disponíveis**
9 **US\$ 6 milhões**



Produto 3.2: País é apoiado para fortalecer suas capacidades institucionais com vistas a fomentar a produção e o consumo sustentáveis, bem como a gestão de recursos naturais em áreas rurais e urbanas

Entidades da ONU
PNUMA, PNUD, UNESCO

Iniciativas **Recursos disponíveis**
8 **US\$ 5 milhões**



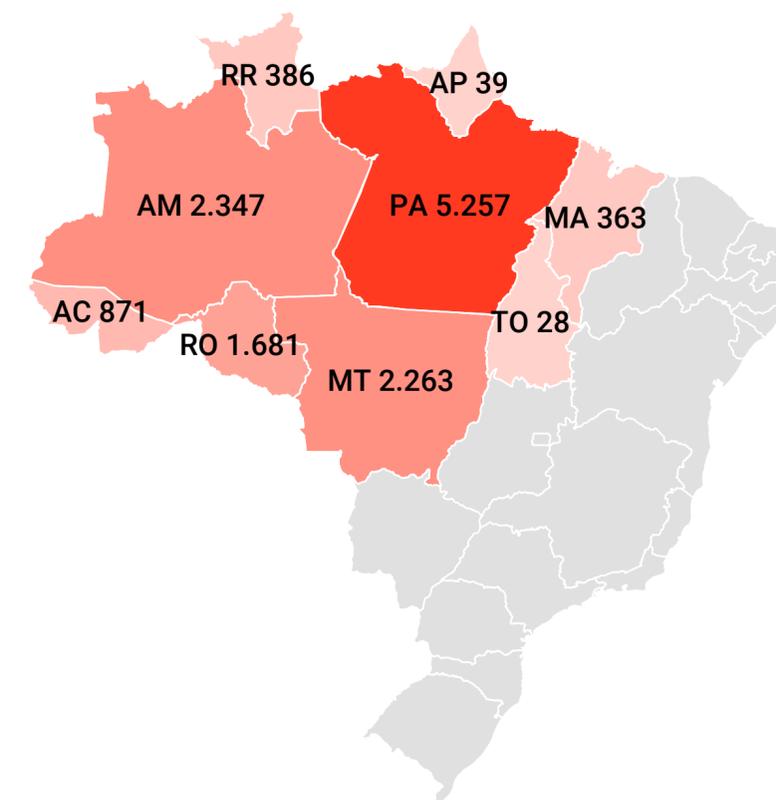
Indicadores-chave do país para o eixo Planeta

Taxa de Desmatamento na Amazônia Legal



Fonte: INPE

Taxa de desmatamento da Amazônia Legal (2021, em km²)



Municípios com Conselho Municipal de Meio Ambiente ativo* (2013)

2.873 (51,6%)
(+) DF (100%) e RS (80,7%)
(-) Paraíba (9,9%)

Aumento anual (2020 - 2021)

3.324 (59,7%)
(+) DF (100%) e RS (81,9%)
(-) Paraíba (14,3%)

* Reunião ocorrida nos últimos 12 meses antes da pesquisa
Fonte: IBGE

Imóvel rural em sobreposição com terra indígena (2021)

12.382.473,11 ha

Imóvel rural em sobreposição com Unidade de Conservação (2021)

5.628.185,69 ha

Fonte: Serviço Florestal Brasileiro



Ryan Brown/ONU Mulheres

Sistemas alimentares que nutram as pessoas e cuidem do planeta

Saiba mais sobre a Cúpula de Sistemas Alimentares.

- “Antes de ser mercadoria, comida é um direito humano”, diz Guterres na Cúpula dos Sistemas Alimentares

Sistemas alimentares mais saudáveis, inclusivos, sustentáveis e equitativos têm o poder de catalisar a realização de todos os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) até 2030 em todos os países. No Brasil, que tem na agricultura um de seus principais motores econômicos, o potencial transformador dos diversos processos envolvidos da produção, processamento, distribuição e consumo dos alimentos é gigantesco.

Em 2021, as Nações Unidas realizaram a Cúpula de Sistemas Alimentares, evento que reuniu agricultores e pescadores, jovens, povos indígenas, líderes estatais e governamentais de 148 países. O propósito foi envolver múltiplos atores em discussões sobre como reorientar o setor alimentício para uma trajetória até o alcance de todos os ODS. Durante o evento, o secretário-geral da ONU, António Guterres, lembrou que “antes de ser mercadoria, comida é um direito humano”.

Ainda assim, em todo o mundo, diariamente, centenas de milhões de pessoas vão para a cama com fome. Três bilhões de pessoas não podem pagar por uma dieta saudável. Dois bilhões estão com sobrepeso ou obesos e 462 milhões estão abaixo do peso. Quase um terço de todos os alimentos produzidos são desperdiçados.

A reforma dos sistemas alimentares também é fundamental para enfrentar a emergência climática. Eles são responsáveis por 70% do consumo de água do planeta e geram até um terço das emissões de gases de efeito estufa causadas pela humanidade. A agricultura foi identificada como a principal ameaça 86% das 28.000 espécies em risco de extinção.

Na Cúpula de Sistemas Alimentares, os países foram convidados a trabalhar juntos para encontrar soluções. Com apoio do Sistema ONU, o Brasil fez uma grande convocatória e realizou uma série de diálogos com o governo federal e governos subnacionais, academia, setor privado, organizações da sociedade civil e centros de abastecimento de alimentos. As discussões giraram em torno de esquemas de governança para sistemas alimentares nas cidades e, a partir delas, o Brasil seguiu para a Cúpula com um alerta de que a diversidade de sistemas de produção deve ser reconhecida, para que o conceito de sustentabilidade seja adaptado às particularidades de cada um deles.

Assim como outros países, o Brasil assumiu compromissos relevantes durante a Cúpula. Um deles foi o de construir um sistema alimentar mais produtivo, inclusivo, resiliente e sustentável, a partir da realidade brasileira e tendo em vista a implementação da Agenda 2030. Outros compromissos de destaque foram a intensificação dos esforços para diminuir a pressão pela abertura de novas áreas agricultáveis, reduzir a perda e o desperdício de alimentos e promover a alimentação saudável.

Para colocar em prática os compromissos assumidos pelos países durante a Cúpula, foram criadas coalizões. O Brasil lançou a Coalizão para o Crescimento Sustentável da Produtividade e anunciou que integraria também as coalizões sobre Perda e Desperdício de Alimentos, Alimentação Escolar e Pecuária Sustentável.

Com base nos diálogos nacionais realizados no período de preparação para a Cúpula, o Brasil estabeleceu os “Caminhos Nacionais”, que indicam linhas de ação prioritárias e medidas concretas que serão tomadas pelo país até 2030. Entre essas linhas, estão o fomento à pesquisa e à inovação, o apoio à agricultura familiar, a segurança dos alimentos, a promoção de dietas saudáveis e a redução do desperdício.

O desenvolvimento de sistemas alimentares que garantam a segurança alimentar, reduzam as emissões de gases de efeito estufa e promovam a agricultura resiliente está no centro das ações previstas pelo país.

Com as taxas de desmatamento em crescimento, especialmente na região amazônica, e desafios ambientais em todos os biomas brasileiros, o Sistema ONU concentrou esforços no fortalecimento da governança e das capacidades institucionais de organizações governamentais, não-governamentais e redes multissetoriais, para aprimorar a gestão de recursos naturais, serviços ecossistêmicos e adaptação e mitigação das mudanças climáticas em áreas urbanas e rurais.

Foram desenvolvidas iniciativas de desenvolvimento sustentável em áreas urbanas em cidades como Teresina e Curitiba, além esforços para a redução do risco de desastres. Igualmente, iniciativas de redução de emissões de carbono, de fortalecimento de resiliência e de adaptação formaram parte da resposta à crise climática.

Na zona rural, fortalecimento de cadeias de valor sustentáveis, reversão de processos de desertificação e fortalecimento da economia resiliente nos biomas Cerrado e Caatinga são exemplos de como o Sistema ONU tem trabalhado para apoiar o desenvolvimento sustentável do Brasil.

Manejo adequado da água e conservação dos oceanos, assim como a contaminação por mercúrio, são temas ambientais com impactos diretos nas vidas das pessoas que foram objeto de iniciativas implementadas pela ONU no país.

A Cúpula de Sistemas Alimentares da ONU, realizada em setembro, reuniu mais de 80 chefes de estado e de governo, incluindo o Brasil, que apresentaram compromissos para desenvolver estratégias nacionais para sistemas alimentares mais inclusivos, resilientes e sustentáveis. A Cúpula foi resultado de um processo de 18 meses em que 148 países promoveram diálogos nacionais com atores-chave em todas as etapas do sistema alimentar. O Sistema ONU apoiou a participação brasileira nos diálogos preliminares e na Cúpula. Além do eixo Planeta, essa iniciativa tem impactos nos eixos Pessoas e Prosperidade.

Eixo Prosperidade

PROSPERIDADE

Resultado 4: Crescimento econômico inclusivo e ambientalmente sustentável, com diversificação produtiva, fortalecimento industrial, infraestrutura resiliente, aumento da produtividade e inovação, transparência, participação social e valorização das micro e pequenas empresas

Produto 4.1: Políticas públicas, iniciativas privadas e capacidades institucionais fortalecidas para promover a melhoria das cadeias de valor, estimulando a inovação, o empreendedorismo e o associativismo, melhorando a competitividade para promover a inclusão produtiva e o desenvolvimento econômico sustentável

Entidades da ONU
UNIDO, FAO, OIT, PNUD, UNESCO

Iniciativas Recursos disponíveis
22 US\$ 12 milhões



Produto 4.2: Capacidades institucionais ampliadas para o fortalecimento e articulação de políticas públicas nas áreas de infraestrutura, cidades, energia, sistemas de transporte e mobilidade urbana que sejam seguras e ambientalmente sustentáveis, adensadas tecnologicamente e desconcentradas para reduzir as desigualdades territoriais

Entidades da ONU

UIT, PNUMA, ONU Habitat, PNUD, UNDRR, UNESCO, UNOPS

Iniciativas Recursos disponíveis
26 US\$ 20 milhões

ODS



Resultado 5: Redução das desigualdades socioeconômicas e territoriais, com promoção do pleno emprego e do trabalho decente, garantia dos direitos sociais e trabalhistas, qualificação profissional, com especial atenção às pessoas em situação de maior vulnerabilidade

Produto 5.1: Políticas públicas e iniciativas privadas reforçadas e estimuladas para o pleno emprego e trabalho decente, com ênfase na promoção dos direitos e princípios fundamentais no trabalho, com especial atenção às pessoas em situação de maior vulnerabilidade, e na promoção de igualdade de gênero, raça, etnia e geracional e democracia no ambiente laboral.

Entidades da ONU
ONU Mulheres, OIM, ACNUR, OIT, UNFPA, PNUD, UNESCO

Iniciativas Recursos disponíveis
17 US\$ 23 milhões

ODS



Indicadores-chave do país para o eixo Planeta

PIB per capita - valores correntes



Fonte: IBGE

Pessoas desempregadas (desocupadas)



Fonte: IBGE

Remuneração média no setor formal

	2017	2020
Total	2.323,00	2.447,00
Branca	2.991,00	3.166,00
Preta	1.680,00	1.718,00
Parda	1.732,00	1.815,00
Mulher	1.977,00	2.107,00
Homem	2.574,00	2.687,00

Fonte: IBGE

Remuneração dos empregados CLT em cargos de direção (2019)



Fonte: IBGE

Empoderamento econômico de mulheres refugiadas e migrantes

Quem vê Ysabel vendendo café e arepas nas ruas de Boa Vista (RR) não imagina que ela tenha graduação e pós-graduação na área de saúde. A venezuelana de 49 anos é formada em Enfermagem, possui especialização em Terapia Intensiva e anos de experiência no cuidado de pessoas idosas e enfermas. Dos anos de trabalho na Venezuela, ela consegue colocar pouco conhecimento em prática – apenas a organização do orçamento, a calma e a simpatia para atender cada cliente que chega a sua pequena barraca na calçada.

A situação de Ysabel não é isolada. Pesquisa realizada pela ONU aponta que, enquanto apenas 2,4% dos homens venezuelanos que permanecem em Roraima possuem ensino superior completo, entre as mulheres este índice é de 10,2%. Mesmo com maior escolaridade, elas têm menos da metade das chances que os homens possuem de irem para outros estados do Brasil com a garantia de um emprego na chegada – na chamada Estratégia de Interiorização, pela modalidade Vaga de Emprego Sinalizada (VES). Das mais de 70 mil pessoas venezuelanas interiorizadas desde 2018 pela Operação Acolhida, as mulheres com VES correspondem a apenas 3% dos casos, contra 7% entre os homens, de acordo com dados oficiais divulgados em janeiro de 2022.

“É muito mais difícil para as mulheres, porque chegamos sem teto e sem o idioma, e a mulher precisa ficar com os filhos. Há alguns trabalhos para as mulheres, mas se não há quem fique com as crianças, elas não podem sair”, explica Ysabel, que criou sozinha seus quatro filhos. Para ela, a falta de oportunidade e de apoio para que as mulheres venezuelanas se especializem é outro fator agravante. Ela afirma que já tentou iniciar um curso na



Paola Bello/ONU Mulheres

Saiba mais:

- **Limites e desafios à integração local de refugiadas, refugiados e pessoas migrantes da Venezuela interiorizadas durante a pandemia de Covid-19**
- **Pesquisa aponta que refugiados e migrantes venezuelanos têm maior acesso a emprego após interiorização**
- **Estratégias para a inserção de refugiados e migrantes venezuelanos no mercado de trabalho manauara**

área de saúde em Boa Vista, para tentar voltar a atuar na área, mas os custos não condizem com o orçamento que possui atualmente.

“Eu adoraria voltar a trabalhar na área da saúde porque eu nasci para ser enfermeira, nasci para cuidar de pessoas. Tentei validar meus documentos e ingressar no sistema de saúde no Brasil. Fiz curso de português, porque é preciso dominar o idioma. Eu até começaria a estudar novamente o que já sei se fosse preciso, mas a parte econômica não me permite. A escola é muito longe. Cheguei a me inscrever, mas as aulas vão até às 22h, não tem condução, eu teria que voltar de taxi, porque é perigoso. Então, por enquanto, não me é possível financeiramente, mas deve haver alguma forma que sirva para mim. Não vou desistir”, afirma Ysabel.

Para tentar mudar essa realidade, a ONU iniciou em setembro de 2021 o programa conjunto Empoderamento Econômico de Mulheres Refugiadas e Migrantes no Brasil. O objetivo do programa, com duração até dezembro de 2023, é garantir que políticas e estratégias de empresas públicas, privadas e instituições fortaleçam os direitos econômicos e as oportunidades de desenvolvimento entre venezuelanas refugiadas e migrantes.

A iniciativa atua em três frentes. A primeira trabalha diretamente com empresas, instituições e governos nos temas e ações ligadas a trabalho decente, proteção social e empreendedorismo. A segunda aborda diretamente mulheres refugiadas e migrantes, para que tenham acesso a capacitações e a oportunidades para participar de processos de tomada de decisões ligadas ao mercado laboral e ao empreendedorismo. E a terceira frente trabalha com refugiadas e migrantes, para que tenham conhecimento e acesso a serviços de resposta à violência baseada em gênero.

A economia do país foi gravemente afetada pela pandemia. Apesar da recuperação do PIB registrada em 2021, com crescimento de 4,6%, o desemprego e o alto nível de informalidade no mercado de trabalho têm impactado negativamente os meios de vida das famílias, com efeitos mais severos para os grupos populacionais mais vulneráveis.

Nesse contexto, o plano de trabalho conjunto do Sistema ONU enfocou na melhoria das cadeias de valor, na inovação, no empreendedorismo e no associativismo como meios para promover a inclusão produtiva e o desenvolvimento econômico sustentável. Além disso, investiu na ampliação de capacidades institucionais e de políticas públicas nas áreas de infraestrutura, cidades, energia, sistemas de transporte e mobilidade urbana.

A ONU desenvolveu iniciativas para reduzir as desigualdades socioeconômicas e territoriais, com promoção do pleno emprego e do trabalho decente, garantia dos direitos sociais e trabalhistas e qualificação profissional, com especial atenção às pessoas em situação de maior vulnerabilidade, incluindo o empoderamento de mulheres refugiadas.

As iniciativas do eixo Prosperidade foram realizadas tanto em âmbito nacional quanto subnacional, com estados e municípios específicos ou regiões. As ações cobriram temas como educação, fortalecimento do turismo e do manejo de cidades históricas, planejamento urbano, empoderamento econômico de mulheres e combate ao trabalho análogo à escravidão e ao trabalho infantil.

Um dos destaques foi a implementação do Programa Conjunto “Liderança, Empoderamento, Acesso e Proteção para mulheres e meninas migrantes, solicitantes de refúgio e refugiadas no Brasil”. Por meio desse programa, a resposta nacional ao fluxo migratório venezuelano tornou-se mais inclusiva quanto a gênero e mais responsiva às necessidades diferenciadas de mulheres e meninas, homens e meninos.

Também se destacou o programa regional “Ganha-Ganha: Igualdade de Gênero Significa Bons Negócios”, desenvolvido no Brasil e em mais cinco países da região da América Latina e Caribe. O Ganha-Ganha promoveu o empoderamento econômico das mulheres, reconhecendo seu papel como beneficiárias e parceiras do crescimento e desenvolvimento, bem como o compromisso e a competência crescentes de instituições privadas e públicas para promover mudanças com foco na igualdade de gênero e no empoderamento das mulheres.

Adicionalmente, foram implementadas iniciativas nas áreas de inovação da agroindústria e uso de biogás, de exportações e de sistemas de certificação de qualidade.



Eixo Paz

Resultado 6: Promoção de uma sociedade pacífica, justa e inclusiva por meio de participação social, transparência e governança democrática, respeitando-se a laicidade do Estado e garantindo-se direitos humanos para todos e todas

Produto 6.1: Legislações, políticas públicas e capacidades institucionais fortalecidas e alinhadas aos padrões internacionais de direitos humanos para proteção, prevenção e resposta à violência, ao crime, à exploração, à negligência e à discriminação, incluindo contra grupos em situação de maior vulnerabilidade ou em situação emergencial, considerando gênero, raça, etnia, origem, nacionalidade e idade, assegurando governança democrática e transparente com ampla participação social e acesso à justiça.

Entidades da ONU

OIM, ACNUR, ONU Mulheres, UNESCO, UNODC, ACNUDH, UNOPS, UNFPA, ONU Habitat, PNUD

ODS



Iniciativas Recursos disponíveis

33 US\$ 26 milhões

Produto 6.2: Evidências produzidas e estratégia de comunicação e advocacy implementadas e capazes de subsidiar o planejamento e a transparente tomada de decisões, além de assegurar o enfrentamento à violência e ao crime, a promoção de direitos humanos e o acesso à justiça, com a devida consideração aos recortes de gênero, raça, etnia, origem, nacionalidade e idade.

Entidades da ONU

UNESCO, UNICEF, ONU Mulheres, PNUD, ACNUR, UNOPS, UNODC, PNUMA, ACNUDH, OPAS/OMS, UNAIDS, UNFPA

ODS



Iniciativas Recursos disponíveis

18 US\$ 7 milhões

Indicadores-chave do país para o eixo Paz

Número total de mortes violentas intencionais

2020
50.033

2017
64.078

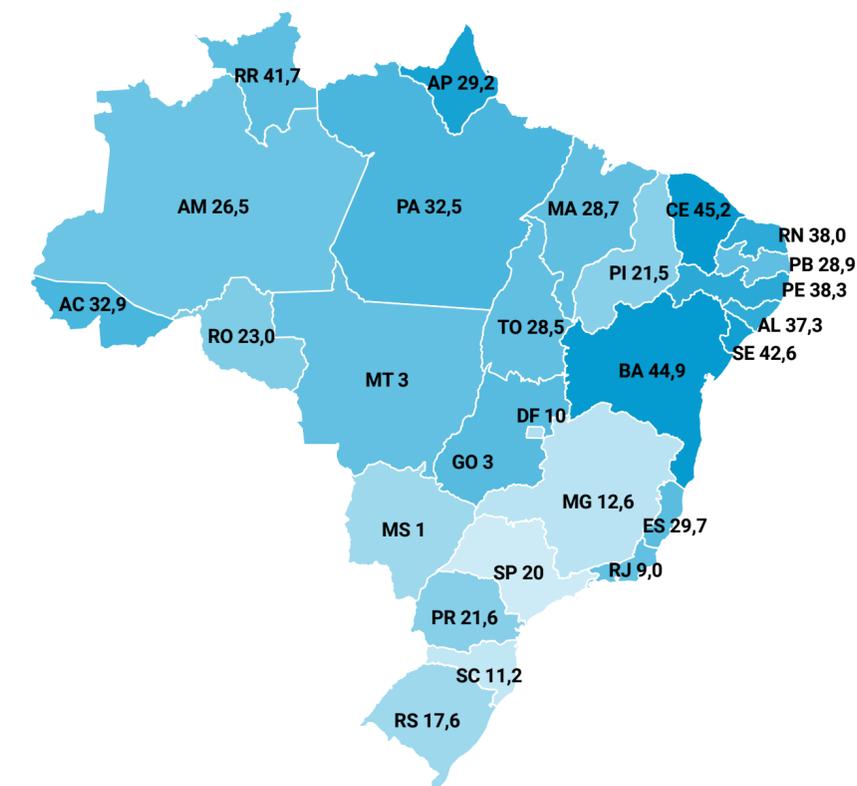
Taxa de Mortes Violentas Intencionais

2020
23,6/100 mil
(+) Ceará: 45,2
(-) São Paulo: 9

2017
30,9/100 mil
(+) Rio Grande do Norte: 67,2
(-) São Paulo: 10,7

Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública

Taxa de mortes violentas por 100 mil habitantes (2020)



Reabertura segura das escolas

Um dos impactos mais marcantes da pandemia de COVID-19 no Brasil foi o prolongado fechamento das escolas. Mesmo depois da reabertura de diversos setores da economia, as escolas permaneceram fechadas, com aulas suspensas ou no formato online, o que aprofundou a desigualdade de acesso à educação de qualidade. As Nações Unidas no Brasil acompanharam a situação de estudantes e famílias, inclusive por meio de pesquisas abrangentes sobre os impactos da pandemia no setor educacional, e defenderam a reabertura segura das escolas ao longo de 2021.

Essas ações de acompanhamento e advocacy culminaram no Seminário Reabertura Segura das Escolas, organizado pela ONU em julho, que contou com especialistas nas áreas de saúde e educação das Nações Unidas, da gestão pública municipal e do governo federal, inclusive o ministro da Saúde, da sociedade civil, de sindicatos, além de estudantes de escolas públicas. O evento foi transmitido ao vivo pelo YouTube da ONU Brasil, com audiência de mais de 12 mil pessoas.

O seminário foi organizado em três painéis. No primeiro, os especialistas discutiram os impactos do fechamento das escolas sobre estudantes e suas famílias. A falta de acesso à internet foi apontada como obstáculo para acesso ao ensino remoto. Foram destacados o aumento da insegurança alimentar, já que as crianças e adolescentes deixaram de receber a alimentação escolar, a maior exposição de meninos e meninas à violência e a perda de vínculo com as escolas. Os palestrantes falaram sobre o aumento das desigualdades após o hiato de aulas presenciais e os impactos profundos e duradouros em toda uma geração.

O segundo painel discutiu os principais desafios para promover a volta às aulas presenciais nos estados e municípios, como a falta de infraestrutura nas escolas, incluindo adequação dos espaços e acesso a água e saneamento, e a vacinação de profissionais da educação e estudantes. Os especialistas apontaram a necessidade de colaboração entre os diferentes níveis federativos para que esses obstáculos sejam superados.

No último painel, os participantes abordaram a necessidade da criação de um protocolo sanitário e de investimento para adequar os ambientes escolares às diretrizes de prevenção à COVID-19. Os participantes do painel destacaram a importância do retorno gradual e a atenção a cada estudante, levando em conta as diferentes situações de aprendizagem a que cada um estava exposto na pandemia, além da organização de um modelo híbrido, com escolas abertas, acompanhamento dos estudantes e monitoramento da aprendizagem. Também foram apresentados modelos já testados de reabertura das escolas que pudessem inspirar o planejamento dos municípios para retomar atividades presenciais nas escolas.

Desde o início da pandemia, as agências especializadas, fundos e programas da ONU mantiveram diálogo com estudantes, educadores, famílias e a comunidade escolar para subsidiar o desenvolvimento de protocolos para orientar o processo de reabertura. Isto inclui o uso correto da máscara, higienização das mãos, distanciamento social, etiqueta respiratória, ventilação dos espaços, limpeza e desinfecção dos ambientes, espaçamento das mesas e organização das turmas.

As entidades da ONU participantes do seminário divulgaram um manifesto defendendo a urgência da reabertura segura das escolas, para que os direitos de crianças e adolescentes fossem respeitados. No manifesto, defendem que o retorno seguro às escolas inclui aumentar esforços para treinar professores, eliminar a exclusão digital e repensar os currículos para a nova realidade que se desenha.

A partir do segundo semestre de 2021, as escolas públicas da maioria dos municípios foram reabertas e as prefeituras e governos estaduais puderam contar com estudos e protocolos desenvolvidos pelas Nações Unidas para orientar esse processo de reabertura, de modo a assegurar a saúde da comunidade escolar. Com a reabertura, novos esforços têm sido empreendidos pelas Nações Unidas para buscar ativamente as crianças e adolescentes que perderam totalmente o vínculo com as escolas e não voltaram às salas de aula.



Ágata Melo, de 8 anos, foi uma das crianças que retornou à escola por meio da busca ativa. **Conheça sua história.**

Para saber mais sobre o seminário:

- **Agências da ONU pedem reabertura segura das escolas no Brasil**

Para saber mais sobre a Busca Ativa Escolar:

- **“Nesta volta às aulas, é urgente ir atrás de quem deixou a escola ou não conseguiu aprender na pandemia”, alerta UNICEF**

Para conhecer as orientações para reabertura segura das escolas:

- **Reabertura segura das escolas**

Homicídios de mulheres e feminicídios	2020	2017
Homicídios de mulheres	3.913 (3,6/ 100 mil)	Não há dados disponíveis
Vítimas de feminicídio	1.350 (1,2/100 mil)	1075

Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública

Pessoas privadas de liberdade	2017	2020
Condenados	470.460 (64,6%)	530.542 (69,9%)
Provisórios	252.256 (35,4%)	228.976 (30,1%)

Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública

A violência nas cidades e nas zonas rurais tem desafiado as instituições brasileiras, com impactos mais profundos em grupos populacionais específicos, como afrodescendentes, mulheres, crianças e adolescentes, povos indígenas e defensoras e defensores de direitos humanos. A violência também se manifesta na forma de violência política e discurso de ódio, além da violência sexual.

O Sistema ONU apoiou o fortalecimento do marco legal, jurídico e de políticas públicas para proteger os direitos humanos e prevenir e responder adequadamente ao crime e à violência, levando em conta gênero, raça, etnia, origem, nacionalidade e idade. Em parceria com o Sistema Judiciário, as agências especializadas, fundos e programas também trabalharam pela ampliação do acesso à justiça.

As iniciativas do eixo Paz abordaram a violência sexual e a violência baseada em gênero, prevenção e fiscalização de crimes ambientais, inclusive o combate a crimes ambientais transnacionais, combate ao tráfico de pessoas e de drogas, aprimoramento da atuação de polícias, assistência em saúde no sistema penal e fortalecimento do sistema socioeducativo.

Especial atenção foi dedicada a pessoas refugiadas e migrantes, que são mais suscetíveis à violência, à exploração e ao abuso sexual e ao tráfico de pessoas. As ações com esse público abrangem desde assistência legal para reconhecimento de seu status no país até a realização de sessões informativas e mobilização comunitária.

Também foram implementadas atividades de promoção da convivência pacífica, inclusive com pessoas refugiadas e migrantes. O apoio a políticas de segurança pública amplia as capacidades institucionais para lidar com homicídios e outros crimes violentos, assim como acidentes de trânsito.

No campo dos direitos humanos, o Sistema ONU trabalhou em parceria com o Observatório Parlamentar da Revisão Periódica Universal (RPU), sediado na Câmara dos Deputados, que objetiva promover a adequação do Brasil às recomendações da RPU para o cumprimento dos compromissos internacionais do país com a garantia dos direitos humanos. Para incidir no acesso à justiça, a ONU envolveu a Defensoria Pública em capacitações sobre a Declaração Universal dos Direitos Humanos e outros acordos internacionais dos quais o Brasil é signatário.

A ONU Brasil implementa, ainda, a campanha Livres & Iguais, que promove os direitos de pessoas LGBTQIA+, e a estratégia Vidas Negras, em atenção às múltiplas desigualdades e à discriminação a que pessoas afrodescendentes estão submetidas, inclusive na área de segurança pública e no próprio sistema de justiça.

Para incidir no acesso à justiça e promover os direitos humanos das pessoas afrodescendentes e dos povos indígenas, a ONU envolveu a Defensoria Pública, o Ministério Público e outras instituições brasileiras em capacitações e debates sobre a Declaração Universal dos Direitos Humanos, a Declaração e Plano de Ação de Durban, a Declaração e Plataforma de Ação de Pequim e outros compromissos internacionais assumidos pelo Brasil.

Eixo Parcerias



A implementação do eixo Parcerias foi feita de maneira transversal e perpassou todas as iniciativas realizadas pelo Sistema ONU ao longo do ano.

Três novas parcerias estratégicas foram estabelecidas pelo Sistema ONU em 2021. A primeira foi firmada com a Rede Brasil do Pacto Global, que reúne mais de 1,1 mil empresas comprometidas com o desenvolvimento sustentável.

A segunda foi assinada com a Frente Nacional de Prefeitos (FNP), entidade que congrega prefeitas e prefeitos dos 412 municípios brasileiros com mais de 80 mil ha-

bitantes. A parceria é um marco para a promoção do desenvolvimento sustentável das cidades brasileiras.

A terceira parceria estratégica foi firmada com a Associação Brasileira de Desenvolvimento (ABDE), que reúne instituições financeiras de desenvolvimento espalhadas por todo o país, inclusive bancos públicos federais, bancos de desenvolvimento estaduais, bancos cooperativos, além de outros bancos com carteira de desenvolvimento e agências de fomento. Essas instituições compõem o Sistema Nacional de Fomento e desempenham um papel crucial na promoção do desenvolvimento. Com a assinatura desse acordo, as Nações Unidas passaram a apoiar a elaboração e implementação do Plano Nacional de Financiamento para o Desenvolvimento Sustentável da instituição.

No final de 2021, foi renovada e ampliada a iniciativa do Observatório Parlamentar da Revisão Periódica Universal, fruto da parceria entre a ONU e a Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados. A partir dessa renovação, todo o Sistema ONU passa a colaborar com o Observatório, em uma parceria pioneira no mundo para monitorar a efetividade do cumprimento das recomendações da Revisão Periódica Universal sobre direitos humanos.

No âmbito do nexo entre assistência humanitária e desenvolvimento, o Sistema ONU fortaleceu parcerias com Banco Mundial, Banco Interamericano para o Desenvolvimento e outros atores, de modo a garantir soluções duradouras para alguns dos principais desafios enfrentados no campo do deslocamento populacional transfronteiriço.

Para executar o plano de trabalho conjunto de 2021, as agências, fundos e programas que compõem o Sistema ONU no Brasil colaboraram com cerca de 661 parceiros, distribuídos entre os diferentes setores conforme diagrama ao lado.



Avaliação e Lições Aprendidas

A Equipe de País das Nações Unidas e o Governo Federal Brasileiro iniciaram, em 2021, as preparações para o novo Marco de Cooperação 2023-2027, sob a orientação estratégica do Comitê Diretivo Conjunto, liderado pela Coordenadora Residente do Sistema ONU e pelo Diretor da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), do Ministério das Relações Exteriores.

Como parte do processo, o Sistema ONU realizou uma avaliação externa sobre o Marco de Parceria 2017-2022. A avaliação, conduzida por consultores independentes e com base nos princípios éticos do United Nations Evaluation Group (UNEG), teve como objetivo verificar como o Marco de Parceria vigente está contribuindo para o desenvolvimento do Brasil, baseado em prioridades nacionais estabelecidas pelo Governo Brasileiro. A avaliação também buscou identificar lições aprendidas e boas práticas para orientar o novo Marco de Cooperação.

Por meio de um processo participativo, que incluiu grupos focais, entrevistas com parceiros diversos e questionário online, foram analisadas quatro dimensões: relevância e apropriação, efetividade, eficiência e suporte a mudanças transformadoras e sustentabilidade. Os achados da avaliação servirão de subsídio para a formulação do novo Marco de Cooperação entre a ONU e o Brasil. O relatório final da avaliação será amplamente divulgado tão logo esteja disponível.



Participação da sociedade na resposta ao HIV/AIDS

Depois de 40 anos, a epidemia de AIDS continua sendo uma ameaça à saúde pública global. Ao longo desse tempo são inegáveis os avanços da biomedicina, os quais permitem que pessoas vivendo com HIV, que estejam em tratamento e acompanhamento médico, possam alcançar a supressão do vírus. Com isso, elas podem ter uma vida normal e saudável, ao mesmo tempo em que não correm o risco de transmiti-lo a outras pessoas.

Entretanto, milhares de pessoas seguem morrendo em decorrência da AIDS ao redor do planeta. Em 2020, foram 680 mil mortes em todo o mundo. No Brasil, de acordo com os dados oficiais do Ministério da Saúde, embora o número médio de novas infecções por HIV entre a população em geral venha diminuindo ao longo dos anos, segue crescendo entre a população mais jovem e negra. E é justamente entre populações em maior vulnerabilidade, como travestis e mulheres trans e pessoas negras, que os números de novas infecções por HIV e mortes em decorrência da AIDS seguem alarmantes.

A ONU entende que uma resposta eficaz e sustentável ao HIV implica necessariamente a participação ativa da sociedade civil e de lideranças sociais e ativistas. Por isso, por meio de seu Programa Conjunto sobre HIV e AIDS (UNAIDS), que no Brasil envolve 11 agências, fundos e programas da ONU, mantém um processo de escuta que abre espaço para as vozes das pessoas vivendo com o HIV, especialmente as que estão em maior vulnerabilidade, e das organizações e coletivos que as representam.

As contribuições, críticas e ações colaborativas com a sociedade civil ajudam a qualificar o trabalho de resposta ao HIV e fazer com que seus resultados cheguem às pessoas

que mais precisam. Outro aspecto relevante é a possibilidade de se produzir ações concretas para dar uma resposta ao estigma e discriminação e ampliar o conhecimento sobre o tema, incluindo sobre as estratégias de prevenção combinada. A difusão de informações para a população foca especialmente em quem vive em situação de maior vulnerabilidade, além de públicos específicos, como profissionais de saúde que atuam direta ou indiretamente com as pessoas vivendo com HIV e AIDS.

Um exemplo desta conjugação de esforços envolvendo a academia e sociedade civil, com o apoio da ONU, é a criação, pela Universidade de São Paulo, por meio de seu programa USP Diversidade, do “Repositório de Educação Integral para a Sexualidade, HIV/AIDS e Diversidade”. Trata-se de uma plataforma digital interativa que reúne e dissemina a produção acadêmica (científica, artística e técnica) e outros conteúdos, baseados em evidências científicas, sobre temas relacionados à promoção da saúde sexual e reprodutiva, prevenção do HIV/AIDS, diversidade e direitos humanos. O conteúdo é livremente acessível e abrange áreas como ensino, pesquisa, extensão e documentos normativos, nos idiomas inglês, português e espanhol. Dessa forma, a plataforma tem o potencial de ser utilizada pelos países-membros da ONU, em especial pelos países da América Latina e do Caribe.

Outra estratégia de chegar diretamente até as pessoas, a partir de seus contextos locais, foi o apoio programático da ONU ao lançamento do projeto “USP na Comunidade”, que adaptou duas carretas para se tornarem unidades móveis de saúde/ciência e cultura/educação. Estas unidades foram pensadas especialmente para chegar a cidades

menores e comunidades periféricas no estado de São Paulo, desenvolvendo atividades baseadas nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

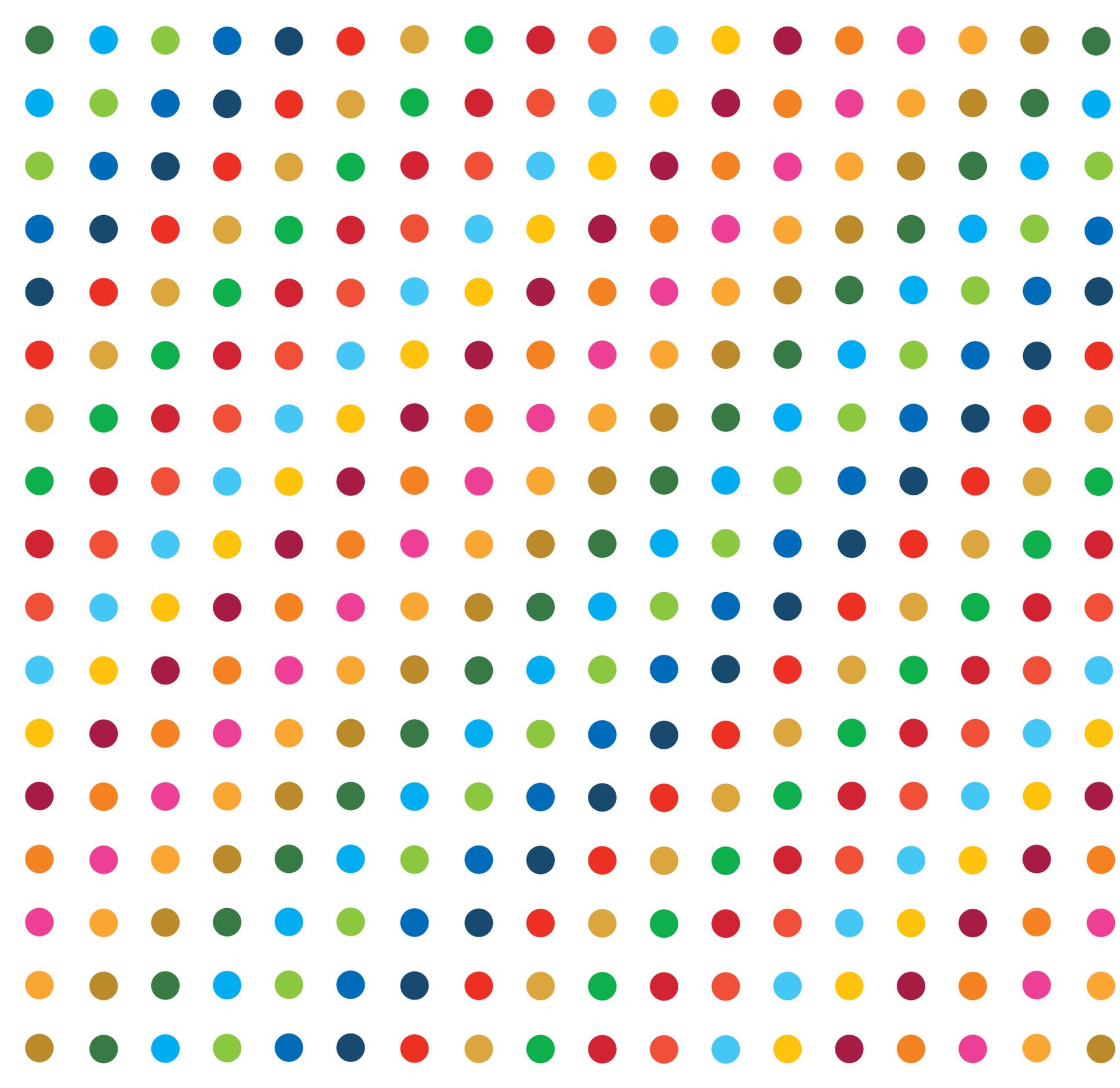
Na parte de saúde/ciência são disponibilizados recursos como testagem rápida para o HIV, sífilis e hepatite, além de exibição de filmes e documentários e ações de informação e prevenção. Em cultura/educação, há atividades educativas usando os recursos do Instituto de Matemática e Estatística da USP e de outras unidades da universidade. Ambas as carretas são equipadas com salas de aula e de reuniões e transportam uma grande variedade de materiais didáticos e científicos.



Para saber mais sobre o Repositório e as Unidades Móveis:

- **Repositório de Educação Integral para a Sexualidade, HIV/aids e Diversidade**
- **UNAIDS, UNESCO e USP lançam Repositório de Educação Integral para Saúde, HIV/AIDS e Diversidade**

Memorial da América Latina sedia lançamento do projeto “USP na comunidade” com unidades móveis para atividades culturais e científicas



Resposta à COVID-19



O Plano de Resposta e Recuperação Socioeconômica da COVID-19 (SERP, por sua sigla em inglês) foi preparado pelo Sistema ONU no Brasil em 2020, logo que a pandemia de COVID-19 atingiu o país. O plano está estruturado em cinco pilares: Saúde, Proteção às pessoas, Resposta e recuperação econômica, Resposta macroeconômica e colaboração multilateral e Coesão social e resiliência comunitária.

Enquanto em 2020 as iniciativas realizadas pelas entidades do Sistema ONU se concentraram no pilar Saúde, em 2021 nota-se foco maior no pilar Proteção às pessoas, com um total de 22 iniciativas diferentes. O pilar com o menor número de iniciativas foi Resposta macroeconômica e colaboração multilateral, como pode-se ver no gráfico ao lado.

Indicadores

Resultados

Número de pessoas no país com acesso a serviços de saúde essenciais, não relacionados à COVID-19	Trimestre 1 - 592.906 Trimestre 2 - 530.485 Trimestre 3 - 526.774 Trimestre 4 - 497.641
Número de estabelecimentos de saúde que receberam apoio da ONU para manter serviços essenciais de imunização após o início da pandemia	3.859
Número de pessoas alcançadas pela ONU com suprimentos e serviços de higiene e saneamento (WASH)	792.887
Número de crianças apoiadas pela ONU com educação a distância ou domiciliar	14.556.632
Número de beneficiários de programas e serviços de proteção social relacionados à COVID-19	22.215
Número de empresas privadas de diferentes portes apoiadas durante a pandemia de COVID-19	89
Número de organizações capacitadas para favorecer que governos e organizações de funcionários e trabalhadores atuem em conjunto para moldar as políticas para a resposta socioeconômica	10
Número de organizações comunitárias capacitadas para responder e mitigar os efeitos da pandemia de COVID-19, como violência doméstica, racismo, xenofobia, estigma e outras formas de discriminação, além de prevenir e solucionar violações de direitos humanos	741
Número de espaços de diálogo social, advocacy e engajamento político facilitados, com a participação de grupos e populações em risco	250

Iniciativa X Pilar da Resposta à COVID-19



Com o agravamento da pandemia observado nos primeiros meses de 2021, a ONU Brasil criou uma força-tarefa para centralizar a recepção de demandas por parte dos três níveis de governo – federal, estadual e municipal – e para aprimorar a coordenação das ações das entidades da ONU em resposta à pandemia no país.

A ONU apoiou os diferentes níveis de governos com fortalecimento dos protocolos de atendimento e monitoramento de pacientes, ações de vigilância epidemiológica, aquisição de cilindros de oxigênio, a transferência de pacientes para outros estados quando necessário e atendimento materno-infantil. Viabilizou, ainda, a aquisição de medicamentos que compõem o chamado kit intubação.

O Sistema ONU doou kits de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) para profissionais de saúde, realizou atendimento médico direto e distribuiu kits de higiene e cestas de alimentos para a população, inclusive população ribeirinha e indígena, além de refugiados e migrantes. A assistência médica incluiu apoio à vacinação de rotina.

Um destaque da atuação em resposta à COVID-19 foi a mobilização de recursos para implementar medidas emergenciais para conter os casos de COVID-19 entre povos indígenas, populações tradicionais e comunidades na Amazônia.

Cabe destacar, também, a doação de 13.881.600 doses de vacinas contra COVID-19 feita pelo Sistema ONU, por meio do Mecanismo COVAX¹.

1. Mecanismo de Acesso Global a Vacinas contra COVID-19 (COVAX), coliderado pela Coalizão para Promoção de Inovações em prol da Preparação para Epidemias (CEPI); pela Aliança Mundial para Vacinas e Imunização (Gavi); e pela Organização Mundial da Saúde (OMS), em parceria com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF).



Karina Zambrana/OPAS

Força-tarefa contra a COVID-19

O ano de 2020 ficará para sempre marcado na memória de milhares de famílias da região Norte do Brasil. Ainda nos primeiros dias do ano, o sistema de saúde do estado do Amazonas entrou em colapso com o aumento súbito do número de casos de COVID-19 e da consequente demanda por atenção hospitalar.

O estado chegou a registrar 5 mil casos da doença num único dia. Faltaram leitos e oxigênio, e o número de óbitos chegou a mais de 130 por dia. Logo a crise se alastrou por outros estados da região e para o resto do país, impulsionada por uma variante do novo coronavírus. Em abril de 2021, o Brasil registrou o recorde de número de mortes em um único dia em decorrência da pandemia: 4.239.

Assim que a situação no Amazonas veio a público, o Sistema ONU, que atua em toda a região Norte, se organizou para apoiar a resposta. Uma força-tarefa foi criada para centralizar a recepção de demandas por parte dos três níveis de governo – federal, estadual e municipal – e para coordenar as ações das entidades da ONU.

No Amazonas, onde a situação ficou mais crítica, a ONU apoiou as ações de controle da COVID-19 em articulação com a Secretaria Municipal de Saúde de Manaus, a Secretaria Estadual de Saúde e o Ministério da Saúde, com fortalecimento dos protocolos de atendimento e monitoramento de pacientes e das ações de vigilância epidemiológica. Para

solucionar a falta de oxigênio hospitalar, a ONU apoiou a aquisição de cilindros de oxigênio, a transferência de pacientes para outros estados e a aquisição de uma planta de produção de oxigênio hospitalar para garantir o atendimento materno-infantil em maternidade.

Em toda a região Norte, a ONU doou kits de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) para profissionais de saúde, realizou atendimento médico direto e distribuiu kits de higiene e cestas de alimentos para a população, inclusive população ribeirinha e indígena, além de refugiados e migrantes. A assistência médica incluiu apoio à vacinação de rotina, que foi severamente impactada pela crise sanitária.

Esse tipo de apoio foi estendido a outras regiões do país também afetadas pela crise, sempre em coordenação com os diferentes níveis de governo. O Sistema ONU viabilizou a aquisição de medicamentos que compõem o chamado kit intubação, imprescindível para o atendimento de casos graves de COVID-19.

O Brasil, assim como muitos outros países, enfrentou dificuldades para adquirir vacinas. O Sistema ONU, por meio do Mecanismo COVAX2, entregou ao Brasil um total de 13.881.600 doses de vacinas contra COVID-19, o que contribuiu para acelerar o processo de vacinação no país. No final de 2021, mais de 146 milhões de pessoas já haviam completado o esquema vacinal.

Para saber mais sobre ações da ONU pelas vacinas:

- **Brasil receberá as primeiras vacinas contra COVID-19 por meio do Mecanismo COVAX neste domingo**
- **Em reunião com Fórum de Governadores, ONU anuncia que tentará antecipar envio de vacinas para o Brasil**
- **Brasil receberá 3,9 milhões de vacinas contra COVID-19 via Mecanismo COVAX neste fim de semana**



Efetividade e eficiência

O Sistema ONU no Brasil segue implementando as modificações programáticas e operacionais necessárias para completar o processo de reforma pelo qual as Nações Unidas vêm passando desde 2019, por determinação da Assembleia Geral e dos Estados-Membros.

Programas conjuntos

Como parte da reforma da ONU, as agências especializadas, fundos e programas são estimuladas a atuar de forma mais integrada, tanto do ponto de vista operacional quanto programático. No Brasil, em 2021 havia 8 programas conjuntos em diferentes fases de implementação que respondem a essa orientação. Esses programas envolvem três ou mais entidades da ONU e são implementados em parceria com diferentes entes nacionais, como governos, Judiciário, empresas privadas e organizações não governamentais.

Programas conjuntos	Entidades da ONU envolvidas	ODS
Construindo Vidas Melhores por Meio de Intervenções Integradas na Primeira Infância: Investindo no Programa Criança Feliz	ONU Mulheres, PNUD, UNESCO, UNFPA, UNICEF	
Promovendo Padrões Sustentáveis de Produção e Consumo de Alimentos	FAO, PNUD, PNUMA,	
Liderança, Empoderamento, Acesso e Proteção (LEAP) para Migrantes, Solicitantes da Condição de Refugiado e Mulheres e Meninas Refugiadas no Brasil	ACNUR, ONU Mulheres e UNFPA	
Programa Conjunto de HIV/Aids - UNAIDS	OPAS/OMS, UNAIDS, UNESCO, UNFPA, UNICEF e OIT	

Empoderamento Econômico de Mulheres Refugiadas e Migrantes no Brasil

ACNUR, ONU Mulheres e UNFPA



Parceria para Ações pela Economia Verde (PAGE) no Estado de Mato Grosso

OIT, PNUD, PNUMA e UNIDO



Implementação de Medidas de Emergência para Conter Casos de COVID-19 entre Povos Indígenas, Populações Tradicionais e Comunidades na Amazônia Brasileira

ONU Mulheres, OPAS/OMS, UNESCO e UNFPA



Programa de Prevenção de Crime e Violência em Pernambuco

ONU-Habitat, PNUD, UNODC



Além dos oito programas conjuntos, há outras 19 iniciativas implementadas por duas entidades da ONU no país.

Operações

A Equipe de País, juntamente com a área de gestão de operações, segue aprimorando os processos internos de modo a ampliar a eficiência da atuação do Sistema ONU no país.

Uma das iniciativas é o Centro Local de Serviços, que concentra a prestação de alguns serviços para as agências especializadas, fundos e programas da ONU e que, no caso do Brasil, presta serviços centralizados de compras.

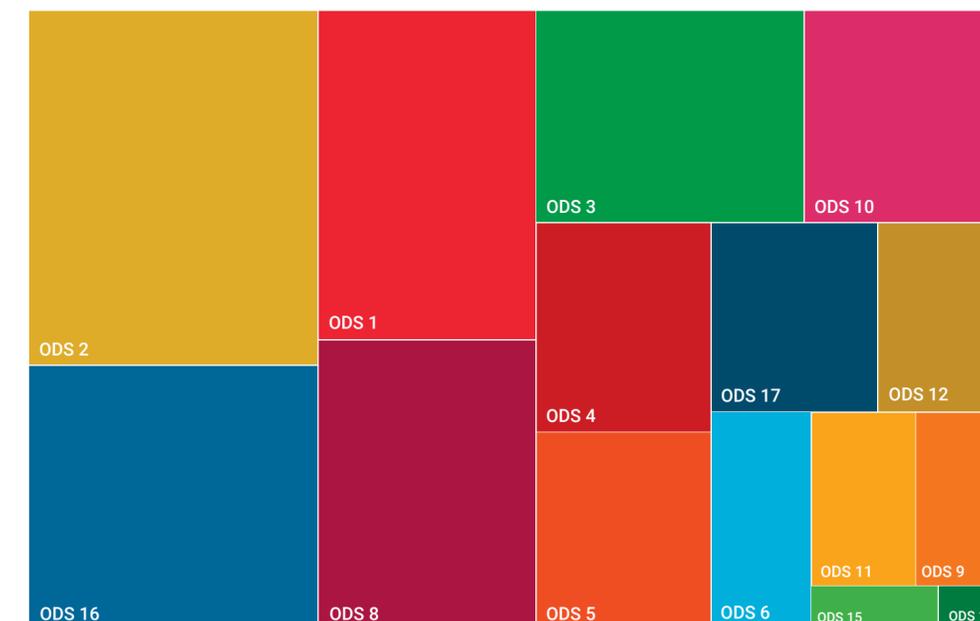
Igualmente, a Equipe de País e a área de gestão de operações fizeram um amplo levantamento sobre as instalações da ONU no país, para mapear a estrutura física e as

demandas por espaços de escritório, também com vistas a melhorar a eficiência e reduzir custos. Um exemplo de boa prática nesse sentido é a Casa da ONU, localizada em Brasília, que ocupa um prédio próprio e abriga os escritórios de sete entidades da ONU, além do Escritório de Coordenação. Há ainda escritórios compartilhados em outras cidades do país: Belém, Manaus, Pacaraima, Rio de Janeiro e Salvador.

Implementação financeira

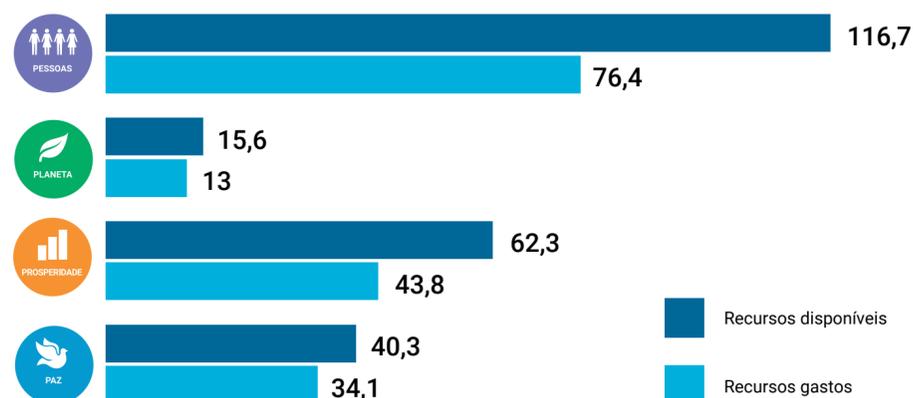
Para 2021, o Sistema das Nações Unidas no Brasil previa um orçamento de US\$ 250 milhões, dos quais US\$ 234 milhões foram assegurados e cerca de US\$ 166 milhões foram executados.

Os recursos disponíveis para as 251 iniciativas implementadas por agências especializadas, fundos e programas contribuíram para a consecução dos ODS conforme demonstrado no gráfico abaixo. Destaca-se o ODS 2 – Fome Zero e Agricultura Sustentável, com cerca de US\$ 43 milhões (o que inclui recursos de empréstimos do FIDA) e o ODS 1 - Erradicação da Pobreza, com cerca de US\$ 33 milhões. Os ODS com menos recursos disponíveis foram o ODS 7 – Energia Acessível e Limpa (nenhum recurso) e o ODS 14 – Vida na Água (US\$ 26 mil).



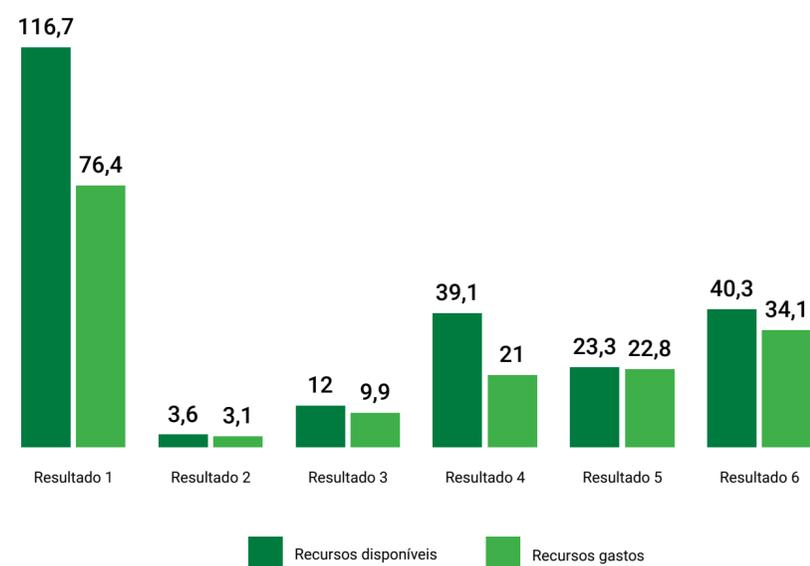
Os recursos foram investidos nos eixos estratégicos do Marco de Parceria conforme indicado no gráfico a seguir. A prioridade foi o eixo Pessoas, seguido pelo eixo Prosperidade. A implementação do eixo Parcerias foi feita de modo transversal, e os dados financeiros não são apresentados de forma desagregada.

Recursos disponíveis e recursos gastos X eixo estratégico (US\$ milhões)



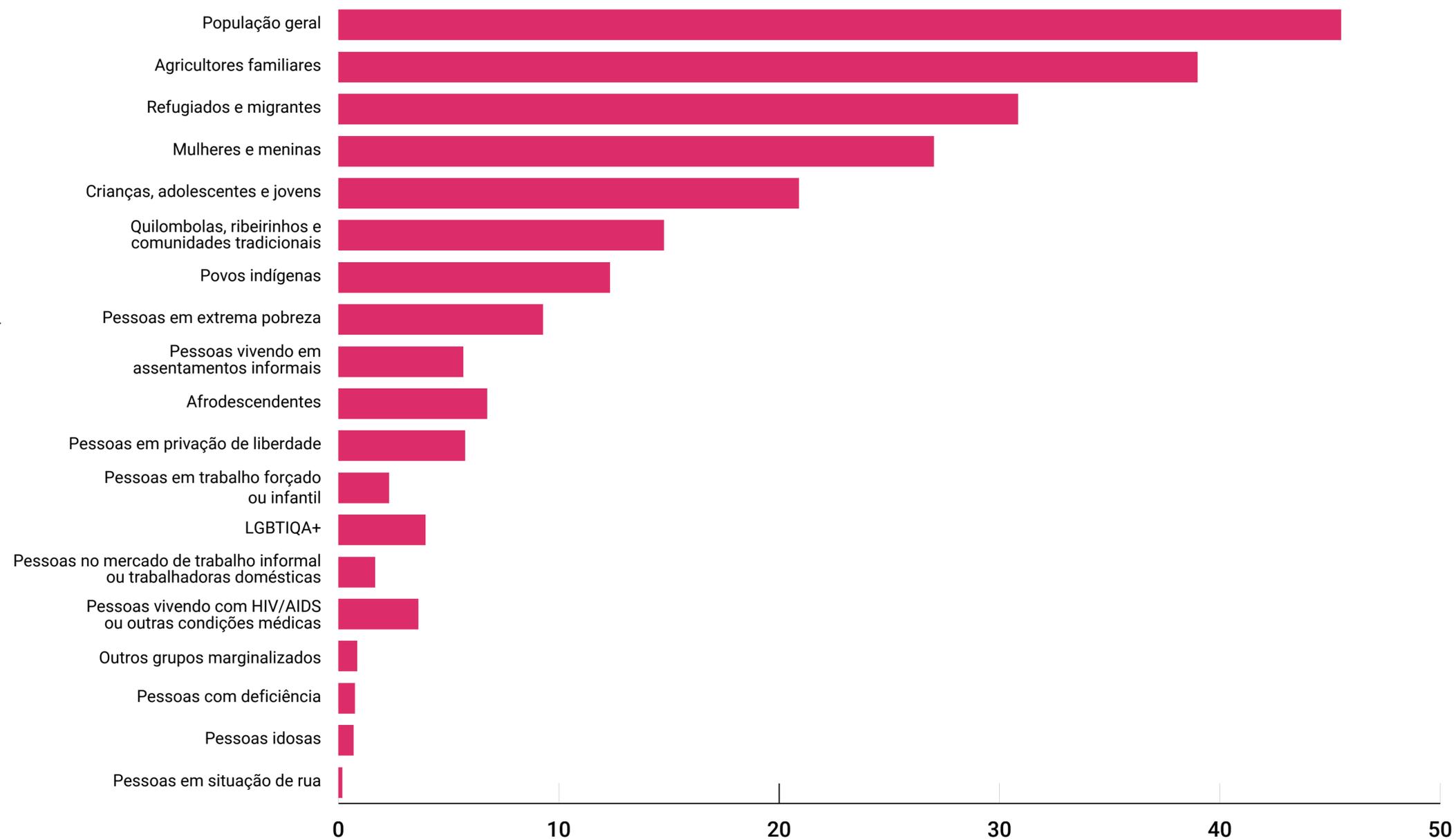
Entre os resultados esperados do Marco de Cooperação, os recursos disponíveis e executados foram distribuídos na seguinte proporção, com destaque para os resultados 1 e 6:

Recursos disponíveis e recursos gastos X Resultado esperado (US\$ milhões)



Diferentes grupos populacionais foram direta e indiretamente beneficiados pelos Programas da ONU no Brasil, e a aplicação dos recursos foi classificada como indicado no gráfico a seguir. Refugiados e migrantes, mulheres e meninas e crianças e adolescentes foram grupos populacionais de destaque, além da população geral. O grupo de agricultores familiares, pescadores artesanais e trabalhadores rurais aparece em destaque devido aos empréstimos provenientes do FIDA.

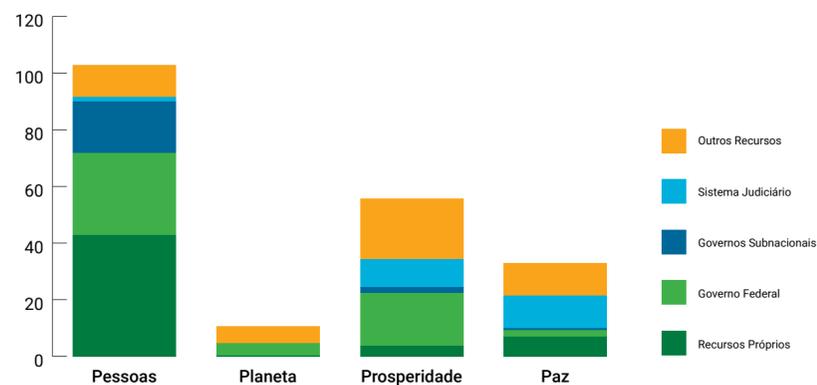
Recursos disponíveis X Grupo Populacional (US\$ milhões)



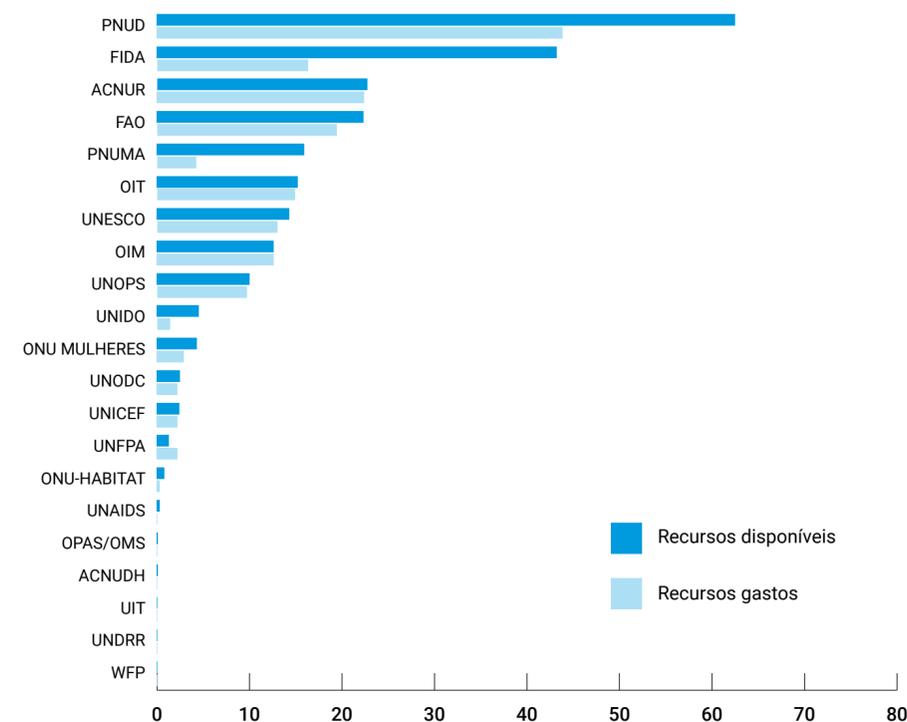
Os recursos da ONU provêm de diferentes fontes. Os Recursos Próprios vêm das agências especializadas, fundos e programas que compõem o Sistema ONU. Os Recursos Governamentais vêm de acordos com o Estado brasileiro, e são divididos entre recursos advindos do Governo Federal, de Governos Subnacionais (estaduais e municipais) e do Sistema Judiciário. A categoria Outros Recursos engloba fundos captados junto a diferentes parceiros financeiros, incluindo setor privado, governos estrangeiros e fundos multilaterais.

O gráfico a seguir demonstra a fonte dos recursos e sua distribuição entre os eixos estratégicos do Marco de Cooperação e os recursos disponíveis e gastos, por entidade do Sistema ONU.

Fonte de recursos X Eixo estratégico (US\$ milhões)



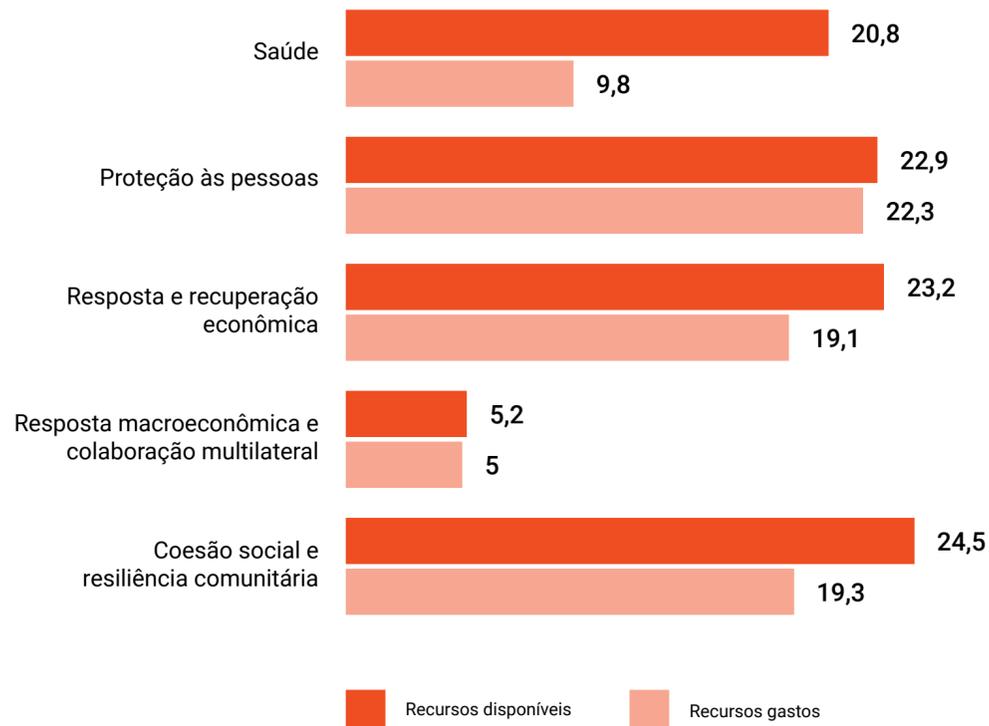
Recursos disponíveis e gastos X Agência especializada, fundo, programa (US\$ milhões)



* Os valores da OIT referem-se ao ciclo 2017-2021.
** Os valores do UNICEF correspondem somente a orçamento e gastos com projetos específicos e não incluem outros tipos de iniciativas da instituição.

Para a resposta à pandemia de COVID-19 e seus efeitos socioeconômicos, os recursos executados somaram cerca de US\$75 milhões e foram distribuídos entre os cinco pilares do plano de resposta conforme o gráfico abaixo. Nota-se alinhamento entre a implementação do plano de resposta à COVID-19 e do Marco de Parcerias pela priorização do eixo Pessoas.

Recursos disponíveis e gastos X Pilar do SERP (US\$ milhões)



Financiamento da Agenda 2030

As atividades das Nações Unidas são planejadas e implementadas de acordo com as prioridades nacionais, estabelecidas nos planos de governo e no orçamento a eles atrelados. O Plano Plurianual (PPA) 2020-2023 é o principal documento de planejamento do país, e prevê um orçamento de cerca de R\$ 8 trilhões para todo o ciclo, cerca de 2 trilhões de reais para cada ano de vigência do plano.

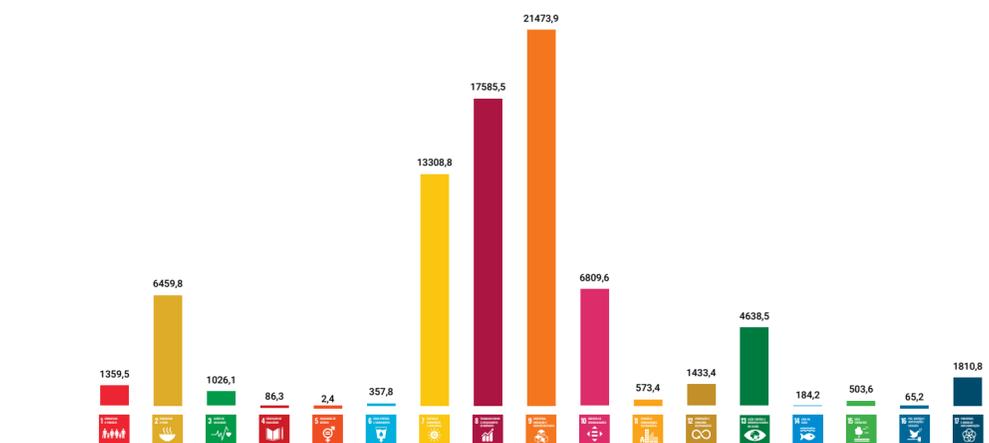
O painel de monitoramento do PPA do Governo Brasileiro relaciona seu orçamento à implementação dos ODS. A análise mais recente sobre o orçamento executado em função de cada ODS refere-se a 2019, mas ilustra a priorização do governo brasileiro entre os diferentes objetivos da Agenda 2030, como mostra o gráfico abaixo. O ODS 1 destaca-se por incluir os gastos com Previdência Social.

Orçamento do Governo Federal X ODS (2019) (R\$ milhões)

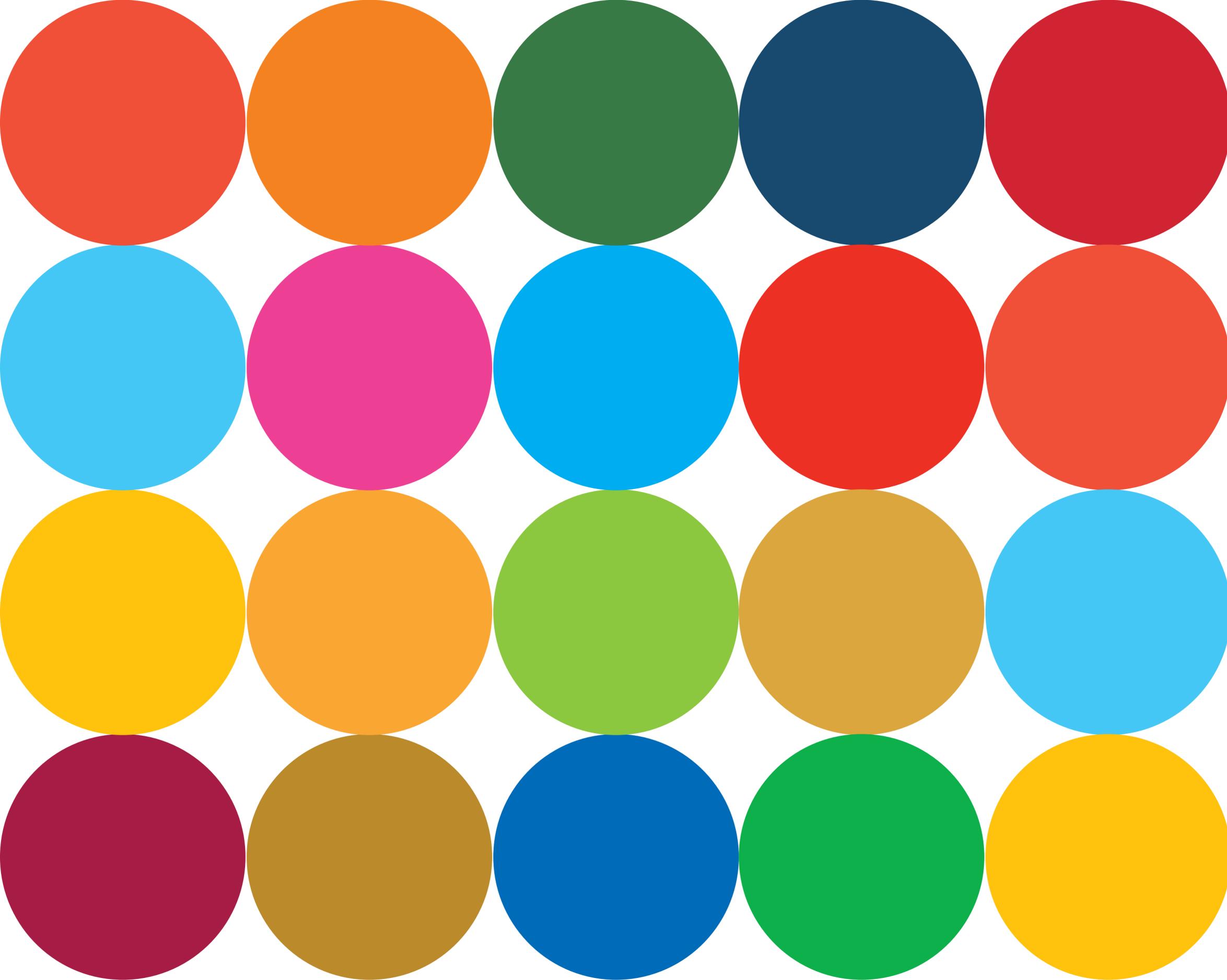


Além do orçamento federal, bancos de fomento ao desenvolvimento também contribuem para a consecução da Agenda 2030 e complementam as ações de entes governamentais e das Nações Unidas. É o caso do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Como indicado no gráfico adiante, o BNDES está investindo prioritariamente nos ODS 7 (Energia Limpa e Acessível), 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico) e 9 (Indústria, Inovação e Infraestrutura). Num segundo nível, destacam-se os investimentos nos ODS 2, (Fome Zero e Agricultura Sustentável), 10 (Redução das Desigualdades) e 13 (Ação contra a Mudança Global do Clima).

BNDES – Valores para 2021 X ODS (R\$ milhões)



As Nações Unidas estabeleceram em 2021 uma parceria com a Associação Brasileira de Desenvolvimento, que reúne e representa 32 instituições financeiras de desenvolvimento públicas e privadas no Brasil. Esse grupo inclui bancos nacionais e subnacionais de desenvolvimento, agências de fomento e cooperativas. Juntas, essas entidades financiam projetos de longo prazo para o setor produtivo e apoiam micro e pequenas empresas, por meio de mais de US\$ 300 bilhões em operações de crédito, ou aproximadamente 50% do mercado brasileiro. A equipe de país da ONU e a ABDE estão trabalhando conjuntamente para mapear o sistema de financiamento para o desenvolvimento no Brasil e estimular a participação das instituições financeiras em projetos sustentáveis e alinhados à Agenda 2030, incluindo a indexação de seus financiamentos aos ODS.



**2022: novo
marco de
cooperação**

Cenário nacional

Em 2022, o Brasil passará por eleições gerais, quando mais de 147 milhões de eleitores e eleitoras escolherão deputados/as estaduais, deputados/as federais, senadores/as, governadores/as e presidente. As eleições para cargos executivos (governadores/as e presidente) se dão por maioria absoluta (mais da metade dos votos válidos) ou ocorre um segundo turno com os dois candidatos mais votados.

As eleições interferem em todas as agendas do país e ocasionam mudanças tanto no primeiro escalão do governo quanto em alguns quadros técnicos do Poder Executivo, com repercussões na implementação de projetos em parceria com as Nações Unidas e no processo de negociação do novo Marco de Cooperação.

A pandemia de COVID-19 tem dado sinais de que está arrefecendo no país, e alguns estados já flexibilizaram medidas restritivas, como o uso de máscaras. Os impactos da pandemia também serão combustível para as campanhas eleitorais e para o ambiente polarizado do país.

Ao longo de 2021, a resposta à pandemia de COVID-19 evoluiu consideravelmente, graças à rápida adesão da população à vacinação. Com a inclusão de crianças e adolescentes no plano de vacinação, a porcentagem de pessoas vacinadas ultrapassou os 70% e a população está menos vulnerável à doença. No entanto, uma fonte de preocupação é a diminuição da cobertura vacinal de rotina, para doenças como sarampo, tuberculose e poliomielite.

As escolas foram reabertas e as aulas presenciais foram retomadas em todo o estado. O grande desafio para 2022, além de recuperar o déficit de aprendizado das crianças que ficaram sem aulas, é atrair crianças e adolescentes que evadiram das escolas de volta para o sistema de educação.

Na área econômica, a recuperação dos impactos da pandemia foi substancial, com níveis de produção e consumo já próximos aos registrados antes da pandemia. Depois da queda no Produto Interno Bruto de 3,9% em 2020, em 2021 o país registrou taxa de crescimento de 4,5%. Para 2022, no entanto, o crescimento esperado é de 0,5%.

A taxa de inflação superou os 10% em 2021 e segue crescendo em 2022. Com o desemprego estabilizado em níveis altos, a pressão sobre a renda das famílias segue alta. A guerra na Ucrânia tem acentuado esse quadro, com impactos diretos nos preços dos combustíveis e na oferta de fertilizantes que, por sua vez, se refletem na inflação, com destaque para o preço dos alimentos.

É importante considerar também as implicações do incremento e da diversificação da população refugiada e migrante internacional no Brasil, que atualmente é estimada em 1,3 milhão de pessoas (dado do Ministério da Justiça), o maior patamar das últimas décadas. Especialmente no período de 2011 a 2020, o país esteve fortemente inserido em

fluxos regionais e globais de deslocamento de pessoas e registrou aumento da entrada de pessoas oriundas principalmente da América Latina, do Caribe e da África, com destaque para nacionais venezuelanos e haitianos.

Desde a aprovação da nova Lei de Migração, o país tem também adotado uma política de maior concessão de vistos e autorizações de residência com fins de acolhimento humanitário, o que amplia as possibilidades para a entrada de migrantes. É preciso que o Sistema ONU esteja atento a essas tendências para apoiar o Estado brasileiro em relação às necessidades e prioridades da população refugiada e migrante, inclusive em termos humanitários e de desenvolvimento sustentável.

Outro tema da agenda nacional de interesse para o Sistema ONU é a previsão de realização do recenseamento da população brasileira. O censo demográfico é realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, normalmente a cada 10 anos. O último censo realizado data de 2010, e o recenseamento previsto para 2020 foi postergado em decorrência da pandemia de COVID-19. O novo censo demográfico trará luz sobre o tamanho e as condições de vida da população brasileira e seus dados serão um relevante subsídio para o planejamento tanto das prioridades nacionais quanto da atuação das Nações Unidas no país.

Nações Unidas

Com a extensão do Marco de Parceria até o final de 2022, a Equipe de País do Sistema ONU no Brasil, sob a liderança da Coordenadora Residente, iniciou em 2021 a negociação do novo Marco de Cooperação para o Desenvolvimento Sustentável. Da parte do governo brasileiro, o processo é liderado pela Agência Brasileira de Cooperação, do Ministério das Relações Exteriores.

O documento que será negociado durante o ano de 2022 será o primeiro instrumento de planejamento entre o Sistema ONU e o Brasil a seguir as diretrizes da nova geração de marcos de cooperação. Alinhado ao espírito da Reforma das Nações Unidas, o Marco de Cooperação é o mais importante instrumento de planejamento da ONU no país e rege os esforços conjuntos da Equipe de País da ONU em apoio ao Estado brasileiro e à implementação da Agenda 2030. Por meio do Marco de Cooperação, a atuação das 25 agências especializadas, fundos e programas da ONU no país é articulada, planejada, implementada, monitorada e avaliada.

Ao longo do ano, representantes do Estado brasileiro, inclusive dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, e múltiplos atores do setor privado e da sociedade civil tomarão parte nos diálogos para elaboração do Marco de Cooperação, principal instrumento de planejamento estratégico do Sistema ONU no país.

Parte do processo do Marco de Cooperação é a revisão da composição da Equipe de País. Já em dezembro de 2021, o governo brasileiro solicitou o encerramento das atividades do Fundo Monetário Internacional no Brasil em 2022.

Mobilização de recursos

O Sistema ONU em 2022 deve finalizar a implementação do Marco de Parceria. Com esse fim, a estimativa inicial de orçamento para o ano é de cerca de US\$ 93 milhões. Esses recursos já estão disponíveis, mas espera-se mobilizar recursos adicionais ao longo do ano.

O orçamento disponível divide-se entre os eixos estratégicos do Marco de Parcerias conforme descrito no gráfico a seguir.



O eixo Parcerias é implementado de forma transversal, e não há dados orçamentários desagregados disponíveis.

Com a conclusão do Marco de Parceria e o desenho do novo Marco de Cooperação, o Sistema das Nações Unidas espera contribuir para o avanço da implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável no Brasil, assim como para a recuperação da crise multidimensional ocasionada pela pandemia de COVID-19, para a resposta à crise climática e outras emergências ambientais, para diminuir as desigualdades e promover os direitos humanos, sem deixar ninguém para trás.



NAÇÕES UNIDAS
BRASIL

